DEBATE 38

Movimento sindical:
CONCLAT.

Organização
das mulheres.

O PCB e o
7.º Congresso.

O negro e o racismo

Foto: André Boccato

O LUGAR DO NEGRO

DARCY ALBUQUERQUE

Um dos pressupostos da crítica da economia política é que o homem, do ponto de vista da produção, não é senão suporte de categorias econômicas. Isto significa que todas as demais determinações dos homens concretos, históricos - como as determinações raciais, étnicas, culturais, etc. - estão subordinadas àquela que, inclusive, desempenha um papel destrutivo em relação a estas últimas à medida em que se generaliza o modo de produção capitalista.

Esta constatação é particularmente verdadeira quando o homem concreto a que nos referimos é o negro que serviu de substrato humano para a produção colonial-escravista. Mesmo hoje, superado o escravismo e sob uma sociedade que se pretende ao menos formalmente democrática, o negro não encontra lugar para a expressão das particularidades étnicas, culturais e históricas que soube preservar da destruição através de formas clandestinas de transmissão cultural. Ao nível da própria linguagem dominante, ao negro é negado o direito de auto-reconhecimento: do censo se elimina o quesito "cor", ao mesmo tempo em que o negro, na boca daqueles que dizem que o país é uma "democracia racial", é reduzido a uma "pessoa de cor". Mas de que cor? Antes a abstração escamoteadora do que a constatação de que este é um país de população majoritariamente negra e mulata...

Por isso mesmo é forçoso reconhecer o enorme potencial revolucionário contido na revitalização do Movimento Negro. Mais do que isso, é necessário lembrar que o próprio movimento comunista brasileiro não tem dedicado à "questão do negro", ao longo de sua história, a atenção que merece. Ao não distinguir o negro do branco, ao tratar com "igualdade" todos os oprimidos, pratica-se, mesmo involuntariamente, um racismo mascarado. Afinal, ser negro num país de passado colonial-escravista, não é mera determinação biológica, mas sócio-econômica e cultural, histórica, e, como tal, constitui obrigatoriamente objeto de reflexão para as forças empenhadas na transformação revolucionária da sociedade.

Como sabemos, lutar pelo socialismo é lutar pela abolição de todas as formas de opressão. Mas a conquista da liberdade pelas grandes massas não é mera consequência da "expropriação dos expropriadores", ou de - corrência mecânica das mudanças de estrutura. A esse mecanicismo vulgar se contrapõe a concepção do socialismo como uma tarefa sempre presente e atual, isto é, como a possibilidade de que os oprimidos possam avançar no sentido de sua autodeterminação mesmo sobre o terreno da produção capitalista.

A historiografia oficial procura, deliberadamente, minimizar a participação dos negros na história das lutas populares. Isto é tanto verdade que o senso comum conhece apenas alguns poucos episódios - como o do Quilombo dos Palmares - impossível de ser acobertado pelo manto do silêncio dada a magnitude da violência de que foi vítima e da incrível resistência que ofereceu. No entanto, dezenas de outros quilombos ocorridos na Bahia, em Minas, no Rio, no Maranhão e em São Paulo - inclusive durante o século XIX - são conhecidos apenas por parcos especialistas. Da mesma forma, as peças processuais relativas ao importante levante dos escravos malês (Salvador,1835) só passaram a ser publicadas a partir de 1971. À sociedade branca e culta interessa mais propagar a luta anti-escravista de um aristocrata como Joaquim Nabuco do que a luta dos próprios negros, que tirava o sono aos escravistas temerosos que se repetisse aqui a "enchente negra" do Haiti. A poderosa exaltação da figura de Rui Barbosa disfarça o crime que cometeu mandando incinerar os arquivos relativos à escravidão. Algumas poucas obras, como as de Edison Carneiro e Clovis Moura, escapam a esta conspiração do silêncio e são, portanto, patamares para que se resgate a própria história como elemento de consciência.

Todavia, o resgate da consciência étnica não será decorrência de uma "arqueologia do negro". Será muito mais o fruto do processo concreto de luta que vários segmentos da comunidade negra tem travado contra as várias formas de discriminação, contra a marginalização e contra a repressão constante às suas manifestações religiosas e culturais.

Num artigo recente, Clovis Moura mostra como o negro em São Paulo vem, ao longo do tempo, procurando manter viva sua tradição cultural. Inicialmente, a partir de irmandades religiosas; durante as décadas de 20 e 30 através de vários órgaos de imprensa; posteriormente, através de associações culturais várias, escolas de samba, terreiros de macumba, umbanda e quimbanda.(1) Apesar de reprimidos com frequência, o maior perigo vinha de dois tipos de desvirtuamento: transformação em meros "clubes" de baile e o "branqueamento". A reação a este último foi quase sempre passiva: abandonar o terreno perdido para reconstruir, em outra parte, uma nova entidade. Assim se expressa, ainda hoje, um dos fundadores da pequena escola de samba Quilombo, do Rio, uma reação da comunidade negra ao branqueamento do carnaval: "a Quilombo nasceu de uma ideologia. A gente quer manter o jongo, afoxé, capoeira, o maracatu e outras manifestações da arte negra".(2)

Além desse esforço de resistência cultural - que é uma constante - tentou-se, na década de 30, criar uma estrutura de atuação através da for

---

(1) Cf."Organizações Negras", in: São Paulo: O Povo em Movimento, edição CEBRAP/VOZES, Petrópolis, 1980.
(2) Cf. Pasquim, 26/2 a 4/3/1981

mação da Frente Negra. Em torno de seu jornal - A Voz da Raça - passaram a gravitar vários grupos e entidades negras, imprimindo certa eficácia na luta contra a discriminação racial (p.ex: abrir o recrutamento da Força Pública de São Paulo também aos negros).

Em 1936, o entusiasmo pelo trabalho desenvolvido através da Frente levou a que esta se transformasse num partido político, com bases estruturadas em São Paulo, Rio, Pernambuco e Bahia. A experiência foi destruida pela ditadura estadonovista, voltando os negros a se reunir apenas em seus clubes de lazer. Mais tarde, durante os anos 50, nota-se um novo esforço no sentido de impulsionar a luta pela emancipação dos negros, através da Associaçao Cultural do Negro e do Teatro Experimental do Negro. Segundo Clóvis Moura, "foi uma etapa na qual os negros paulistanos se preocupavam com o problema de uma ideologia para o negro e de valorização da cultura negra", esforço ao qual se uniram intelectuais não negros como Sérgio Milliet e Florestan Fernandes. E a maior expressão intelectual e militante desta fase é Abdias do Nascimento que, somente agora, teve oportunidade de expor a uma audiência nacional o seu pensamento, através da publicação de dois livros: O Genocídio do Negro Brasileiro - processo de um racismo mascarado (1978), e O Quilombismo, (1980).

Utopia

A atitude de Abdias de buscar uma "ideologia para o negro", rompe de vez com as formas passivas de resistência cultural, apontando para a necessidade de transformações a nível do Estado para que se possa combater com eficácia o racismo e o genocídio. Esta procura, cuja expressão mais desenvolvida encontra-se em O Quilombismo, mostra também a necessidade premente da organização dos negros. Somente sua unidade permitirá " a reconquista de sua liberdade e dignidade como pessoa humana; o resgate de sua autodeterminação e soberania, como parte de uma Nação que o colonialismo europeu-escravocrata dividiu, o capitalismo espoliou, o racismo e o supremacismo branco desfrutam"(p.87). Desta forma, a luta independente dos negros é "parte constituinte da luta pelo Socialismo"(p.176).

Os objetivos mais distantes do movimento negro, segundo Abdias, convergem para uma transformação radical das estruturas sócio-econômicas e culturais da sociedade brasileira. Seus objetivos táticos são bem variados, incluindo a luta pelo voto do analfabeto e a anistia aos prisioneiros políticos negros, isto é, fichados pela polícia como desocupados, vadios, etc, cujas casas são frequentemente invadidas. E sua motivação básica é garantir às massas o seu lugar na hierarquia de Poder e Decisão, mantendo a sua integridade etnocultural. Por isso,"formar os quadros do quilombismo é tão importante quanto a mobilização e a organização das massas negras".

A "revolução quilombista" é fundamentalmente "antiracista, anticapita

lista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista";visa a implantação de "um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI", uma "sociedade livre, justa, igualitária e soberana"(p.275). Este o tom dos 16 pontos que compõem os propósitos do quilombismo.

A utopia quase sempre possui algo de revolucionário, uma vez que é a negação, ainda que no plano das idéias, das formas concretas de opressão. Mas no caso de Abdias ela possui uma grande debilidade que decorre de sua total descrença na unidade de propósitos e de ação com os setores não-negros do movimento democrático. Esta descrença vai desde a recusa ao debate ("Não devemos perder o nosso tempo e a nossa energia com as críticas vindas de fora do movimento quilombista"), passando por uma postura deliberadamente anti-marxista ("adotar a análise marxista aos nossos problemas significa uma contradição fatal") para desembocar na descrença nas própria massas ("Que eu saiba, nunca houve qualquer solidariedade dos trabalhadores do Rio ou de São Paulo aos negros operários discriminados. O que se pode constatar é o silêncio conivente dos trabalhadores brancos...")

De qualquer forma, a luta de Abdias tem o grande mérito de haver colocado para o conjunto do movimento negro, e para o movimento democrático em geral, a necessidade de uma militância agressiva voltada para os problemas específicos do negro. Vários partidos políticos começam a se sensibilizar para esta questão, sendo que o PDT chegou a incluir Abdias em sua direção nacional. Não fosse a pregação, ainda que confusa, de Abdias do Nascimento e talvez estivéssemos num estágio bem inferior de politização da luta dos negros.

Politização

Apesar do referido confusionismo político embutido na proposta "quilombista", a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) tende a superar estes problemas, bem como a atomização atual dos "grupos culturais", e unificar na prática a militância negra em torno das bandeiras mais comuns.

O MNU surgiu em junho de 1978, em consequência do sucesso de um ato público realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo para protestar contra o assassinato, sob torturas, de um trabalhador negro numa delegacia de polícia. Durante o ato, convocado por inúmeras entidades negras, ao qual compareceram mais de 3 Mil negros, foi fundado o MNU. Em novembro do mesmo ano,ele se reunia em Assembléia Nacional, em Salvador, e aprovava um programa de ação cujos principais tópicos são: lutar contra todas as formas de discriminação racial, especialmente no emprego, nas prisões, nas escolas; * Contra a "folclorização" da cultura negra; * Contra as formas sistemáticas de opressão, perseguição e violência policiais nas favelas, alagados, invasões, cortiços e conjuntos habitacionais; * Pela emancipação da

mulher negra; * pelo direito do negro ao lazer; * pela solidariedade à luta internacional contra o racismo; * contra a proibição de organização de etnias; * pelo direito de voto ao alnafabeto; * pela liberdade de organização e expressão; * por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre democrática e soberana.

O surgimento do MNU parece ter operado como um novo divisor de águas ideológico no seio do movimento negro. Várias entidades deixaram de se filiar ao MNU por considerá-lo "muito radical". Apesar disto, sua penetração tem sido crescente, especialmente nas faixas de baixa renda, a partir do encaminhamento de propostas que dizem respeito, de forma imediata, às condições de vida desta camada da população, como, por exemplo, a Campanha Nacional Contra a Violência Policial. O sucesso do MNU nesse terreno tem igualmente servido de estímulo aos partidos políticos para que se ocupem do tema. No bojo destas lutas surgiu a Frente Negra para a Ação Política de Oposição (FRENAPO), congregando parlamentares e intelectuais negros, principalmente do PMDB e do PDT, ao mesmo tempo em que o PT pôs-se a discutir a criação de uma Comissão Nacional para assessorar sua direção e seus parlamentares no trato do assunto.

Como se vê, a questão da organização está na ordem do dia para o movimento negro. No IIº Congresso do MNU, realizado em abril, em Belo Horizonte, o seu programa de ação foi criticado, através de documentos, "por não apresentar sugestões do que fazer", ao mesmo tempo em que se aprovou como tarefa militante "organizar a população negra em suas entidades culturais (...) nos Sindicatos, Associações de Bairro, Associações Comunitárias, Partidos Políticos, nas Prisões, na Polícia e nas Forças Armadas".

A realização de congressos, a formação de uma imprensa (a revista do MNU já se encontra em seu 3º número), a organização de coordenadorias regionais bem estruturadas, a participação ativa em uma série de eventos democráticos, demonstram que o MNU tem sabido articular corretamente a luta pelas reivindicações específicas da população negra com o conjunto das lutas democráticas do povo brasileiro. Apesar disso, não está isento de crises. Na medida em que o trabalho cresce em importância, cresce também internamente a pressão de grupos de militantes que procuram atrelar o movimento a partidos políticos.

A discussão sobre o futuro do MNU aparece, portanto, associada à discussão sobre sua autonomia. Neste terreno, aliás, é dupla a responsabilidade dos comunistas que militam no movimento negro. Por comprenderem que a unificação da luta dos negros e o seu crescimento são condições necessárias para que venha a se tornar uma alternativa orgânica de expressão no conjunto das lutas democráticas de nosso povo, é que devem combater toda sorte de oportunismo instrumentalista que acaba por estreitar o terreno da militância dos negros, subordinando-a a este ou aquele partido. Por ser um movimento, e não uma proposta partidária, como o foi equivocadamente a Frente Negra dos anos 30, é que

o MNU deve ter militantes atuando no interior dos vários partidos políticos de oposição, levando-os a assumir as lutas dos negros contra a discriminação racial e por sua emancipação econômica, política e cultural. Somente a estreiteza sectária, típica do radicalismo pequeno-burguês de alguns poderia contrapor à necessidade de um amplo trabalho de conscientização do conjunto das forças democráticas sobre os problemas que mais tocam os negros, a "vantagem" de se atrelar a um partido supostamente "mais comprometido" com os oprimidos em geral.

Dar ouvidos ao canto de sereia da "pureza ideológica" é, em absoluto, não compreender que as reais perspectivas do MNU residem em sua capacidade de, transcendendo os partidos existentes, penetrá-los e transformar sua consciência relativa à questão negra, ao mesmo tempo em que conseguir trazer para a luta política aqueles que, embora apartados da vida partidária, encontram na cor da própria pele uma explicação para a opressão a que estão secularmente submetidos.

Como diz o jornal Tição, de um grupo negro de Porto Alegre, "a especificidade da questão racial deverá ser tratada de forma autônoma pelos próprios negros. Defendendo idéias próprias de conscientização racial, criando condições de expressar interesses de modo consistente no quadro geral de lutas dos oprimidos (...) São lutas que têm mostrado a necessidade de modificar os padrões de dominação burgueses, lutas que, para o negro, significam também desmantelar os instrumentos capitalistas de dominação racial".

A luta pelo socialismo e, consequentemente, pela democracia racial é tarefa que se inscreve no horizonte histórico de nosso povo para além do papel que está reservado aos atuais partidos legais de oposição em luta pelo fim da ditadura.

DEBATE
38
SÉCULO XXI
Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Santo Amaro, 582/586
tel. 34-7577
CEP 01315 - SÃO PAULO
Depois de dez anos
de exílio e debate,
Debate chega até você.
Na Sua Livraria.

MULHERES,UNI-VOS!

NATÁLIA PRADO

Qualquer ação coletiva que se pretenda duradoura tem que buscar, no momento adequado, uma forma de organização permanente. Isto é tanto mais verdade quando se trata de movimentos que almejam algum tipo de transformação social. Acontece, no entanto, que muitas correntes de idéias começam a crescer com base na vida democrática de pequenos núcleos,que encontram grandes dificuldades na procura de uma coordenação. A exigência de alguma disciplina comum esbarra, frequentemente, na peculiariedade e idiossincrasia de cada grupo já constituído. O impulso novo que representa a consciência coletiva da necessidade de uma organização maior, mais abrangente, se choca com a inércia da experiência anterior, da "tradição" de cada círculo.

É exatamente o que está acontecendo com o movimento das mulheres nas localidades em que ele teve algum crescimento nos últimos anos, particularmente no Estado de São Paulo. Composto por mais de uma centena de pequenos grupos, das mais diversas origens - comunidades de bairro, sindicatos, movimento estudantil, associações feministas, partidos políticos etc - o movimento feminino não conseguiu ainda encontrar um denominador comum que se materialize numa estrutura permanente, numa entidade que o unifique. Toda tentativa de enquadrá-lo a partir da fundação de uma sociedade central que procure assumir, de fato, a sua direção, está fadada ao fracasso, mesmo que se intitule frente, federação, ou coisa parecida. A esmagadora maioria dos grupos femininos tem tantas reticências a esse gênero "jacobinista" que qualquer solução orgânica duradoura terá que ser, necessariamente, a emanação dos grupos de base.

Como proceder para encaminhar tal processo? Esta é a questão que se coloca para quem percebe a inconsequência a que leva a atual dispersão de forças. E é muito oportuno que se pergunte em que medida formas transitórias de coordenação,adotadas nos últimos três anos, contribuiram para a construção de uma entidade unificadora do movimento das mulheres paulistas.

Quando, em 1979, alguns poucos grupos femininos e feministas decidiram se reunir para organizar um grande encontro no dia 8 de Março, cometeram o equívoco de intitulá-lo "Iº Congresso da Mulher Paulista". Em seu sentido mais vulgar, a palavra congresso pode ser sinônimo de encontro ou simplesmente reunião. No entanto, de um ponto de vista mais rigoroso, o vocábulo invoca a instância máxima, em que delegados representativos terão poder deliberativo e o conjunto dos representados assumirão suas resoluções. Este é o sentido que vigora na prática de todas as en

tidades, sejam elas diretamente políticas - como os partidos - ou de caráter mais social - como os sindicatos, as uniões de estudantes, as sociedades científicas, como a SBPC, e todas as associações apoiadas no Código Civil. Para que uma instância desse tipo seja legítima e eficaz, essas entidades adotam uma série de normas estatutárias e regimentais que devem ser respeitadas por todos os seus aderentes.

Ora, as 800 mulheres que se reuniram dia 8 de Março de 1979, no Teatro Ruth Escobar, não tinham delegação expressa de suas companheiras de luta para poderem deliberar sobre o encaminhamento do movimento e não existia nenhum compromisso do conjunto das mulheres engajadas nesse processo de respeitar, por disciplina, quaisquer resoluções que ali fossem adotadas. Tratava-se, na realidade, de um primeiro encontro massivo que tinha os seguintes objetivos, segundo o texto convocatório: " 1º- juntar experiências, definindo a partir daí um encaminhamento conjunto, sempre que possível; 2º- Propiciar a organização de grupos de mulheres em todos os bairros e entidades de classe; 3º- discutir a perspectiva de criação de uma entidade que centralize o encaminhamento dessa luta, incluindo, mas não diluindo em si, os diversos grupos já existentes, propiciando a organização de mulheres ainda não participantes dos grupos anteriores e fornecendo infra-estrutura necessária ao funcionamento e crescimento dos diversos grupos".

Foi, sem dúvida, um importante momento de mobilização, de mútuo esclarecimento entre os grupos já existentes. Mas isso não deve ser confundido com uma assembléia deliberativa de um movimento organizado. Se de um lado, ele cumpriu um papel aglutinador, de outro, contribuiu para causar uma certa confusão no processo de organização do movimento de mulheres paulistas. Isto ficou bem claro, um ano depois, quando 4.000 mulheres se encontraram nas dependências da PUC-SP para realizarem um segundo "congresso". Já a própria coordenação que o preparou era uma somatória de representantes de dezenas de grupos, sem que houvesse qualquer critério para aferir a legitimidade de tais representações. Qualquer mulher que postulasse a sua participação na reunião preparatória tinha ganho de causa desde que citasse o nome de uma "entidade". Surgiram assim vários grupos providenciais, como o grupo das mulheres do jornal "x" ou "y", isto é, as duas ou três colaboradoras de um dos inúmeros "nanicos" então existentes; ou a representante de tal sociedade de amigos de bairro cujo trabalho com mulheres era, no melhor dos casos, uma vaga intenção.

O crescimento vertiginoso do número de mulheres mobilizadas de março de 1979 a março de 1980 transbordou os planos estabelecidos para esse segundo encontro. Tornou-se evidente não só o equívoco de chamar aquilo de congresso, como também a insensatez de se querer instalar qualquer processo decisório numa discussão entre quatro mil pessoas...Com tanta gente pode-se fazer um bom ato público, ou um comício. Pode-se,até, aprovar ou rejeitar uma proposta bem clara, que já tenha sido suficientemente discutida pelos grupos de base. Mas esse não era o caso, pois

durante o período que separou os dois "congressos" não havia sequer uma boa circulação de informações entre os diversos grupos.

Que democracia ?

Evidentemente, o caos era propício para que esta ou aquela organização política tentasse fazer aprovar pela massa presente as suas principais bandeiras ou palavras de ordem. E a presença de meninas experientes no "assembleismo" estudantil, organizadas em "brigadas" pelo jornal Hora do Povo, criou uma situação ainda pior: o "congresso" transformou-se numa arena onde se tentou impor esta ou aquela posição política a respeito de partidos políticos legais, articulações sindicais, etc.

Cabe aqui chamar atenção para a questão da "democracia direta". Em princípio, ela pode aparecer como a forma mais acabada de democracia, pois todos os indivíduos mobilizados pelos mesmos objetivos participam instantaneamente da tomada de decisões. De fato, ela é bastante eficaz nos momentos de crise, nos grandes conflitos ou comoções sociais, quando um fato importante provoca espontaneamente uma grande aglutinação de massa com objetivos imediatos bem claros: deflagar uma greve, obrigar o governo a ceder diante de uma reivindicação precisa etc. Nestes casos, as assembléias gerais se formam espontaneamente como instâncias de poder. Mas a democracia direta leva a um impasse quando se tenta utilizá-la como forma de deliberação de uma movimento mais duradouro. Qualquer continuidade de ação exige uma estrutura, uma organização e só se realiza se o movimento constitui uma organização permanente. Querer que a planificação de lutas futuras ou a programação de um processo de organização sejam elaboradas numa grande assembléia onde vigora a democracia direta é estabelecer uma grande confusão.

E foi uma confusão desse tipo que dominou o movimento das mulheres paulistas de Março de 1980 até as vésperas do "IIIº Congresso". Não houve uma discussão coletiva organizada sobre as causas do grande tumulto do 8 de Março de 1980, na PUC. A dispersão natural dos grupos acabou fazendo com que prevalecesse a idéia de um despreparo "técnico" da Coordenação que preparara o encontro, sem que se questionasse a fundo a inviabilidade de se tentar substituir a necessária coordenação permanente do movimento por eventos anuais travestidos de "congresso".

Quando se aproximava o 8 de Março de 1981, a ex-coordenação procurou convocar as 52 entidades que haviam organizado o "IIºCongresso", para discutir a realização do terceiro. Impunha-se, claramente, a necessidade de se estabelecer novas normas e métodos de trabalho para que não se repetisse a desastrosa experiência. Optou-se, então, por um regulamento onde eram previstos encontros preparatórios locais e por categoria profissional, eeleição de delegadas para uma instância posterior, mais centralizada. Para não deixar de lado a importância de uma grande mobilização na data anual das mulheres, previu-se também um grande ato em praça pública.

Mas havia uma dificuldade de base. Quem tinha o legítimo direito de estabelecer essas normas regimentais? Os dois "congressos" anteriores não haviam eleito qualquer direção ou coordenação permanente do movimento. É verdade que, no final do segundo, a plenária delegara poderes à coordenação do encontro para que esta redigisse posteriormente as resoluções adotadas em clima de baderna. A maioria dos grupos participantes do movimento admitia a legitimidade dessa coordenação para convocar o terceiro "congresso". Mas, de qualquer forma, a porta estava aberta para que o mesmo grupo político que tentara impor na marra suas posições - as "hagapistas" - contestasse o direito da coordenação modificar o esquema de organização do encontro, isto é, do "III?Congresso". Após inúmeras e desgastantes reuniões, a maioria esmagadora dos grupos de mulheres conseguiu impedir a manobra, e o grupo em questão teve que apelar para o divisionismo convocando um "congresso" paralelo. Divisionismo vergonhoso que o levou a se atirar nos braços da Sra.Ivete Vargas e do soturno adesista Ruy Codo, com processo de expulsão do PMDB.

Foi, sem dúvida, uma grande vitória conseguir que o novo encontro, realizado novamente na PUC, com 500 delegadas representando amplos setores sindicais, políticos e religiosos, materializasse uma das poucas ações realmente unitárias da oposição democrática nesse período. E o ato que reuniu, debaixo de chuva, três mil mulheres na praça da Sé, foi uma verdadeira façanha política, num clima de descenso do movimento de massas e de desorientação das forças oposicionistas.

Mas estas constatações não devem fazer esquecer a necessidade de uma reflexão sobre as aquisições no plano orgânico. Afinal, o problema básico continua existindo. É possível fazer avançar o movimento das mulheres paulistas sem que se constitua uma coordenação permanente e representativa que emane dos trabalhos já existentes? É possível continuar driblando essa necessidade imperiosa com a realização de grandes eventos anuais que não deixam um saldo significativo no plano orgânico? Entre duas instâncias máximas de deliberação, qualquer movimento ou entidade necessita de um organismo que esteja incumbido de zelar para que as decisões sejam levadas à prática. De que serve decidir que esta ou aquela luta é prioritária se não há meios para que o conjunto dos grupos atuais articule uma campanha comum nesse sentido?

Que autonomia ?

O problema da organização do movimento está - é verdade - ligado à necessidade de sua autonomia. Mas para isso é fundamental que se enfrente uma de suas principais premissas. Se não há normas aceitas que garantam os direitos e estabeleçam os deveres das participantes, nunca será possível que o movimento se autogoverne. A propensão natural dos partidos políticos a conduzir os movimentos dos quais participam transforma-se, frequentemente, numa tentação dirigista. Sem regras democráticas claras a serem respeitadas e sem propostas de objetivos precisos

que reflitam o denominador comum das forças que participam do movimento não se manterá nenhuma autonomia. Ela não significa um distanciamento em relação aos partidos políticos, mas ao contrário, uma iniciativa em procurá-los para que apoiem as reivindicações comuns da mulheres, democraticamente formuladas.

A diversidade interna do movimento feminino torna estaquestão ainda mais.importante. Ele é mais heterogêneo que quase todos os outros movimentos sociais. Não só por sua composição social pluriclassista, como pelo fato de não ter um inimigo imediato facilmente identificável. A heterogeneidade do movimento sindical, por exemplo, é bem menor e ele enfrenta cotidianamente a entidade representativa da classe patronal. O mesmo acontece com o movimento estudantil em relação ao Ministério da Educação ou a Reitoria desta ou daquela Universidade. Mas e as mulheres? Quem é seu inimigo?

Esta característica do movimento feminino é mais uma razão para que não se precipite a adoção de bandeiras de luta que proibam a participação de alguns setores sociais. É o exemplo do aborto. Todas as feministas lutam por sua legalização. Mas se exigirem que o movimento em seu conjunto assuma, hoje, essa bandeira, estarão afastando milhares de mulheres católicas, espíritas, protestantes ou "crentes", que nunca aceitariam essa posição. Outro exemplo é a bandeira da Constituinte. Neste caso, as próprias feministas se dividem, o mesmo acontecendo com o conjunto do movimento. Assumí-la,hoje, seria obrigar muitas companheiras a se sentirem fora do movimento, dificultando, ao mesmo tempo, as relações com os partidos e entidades que não concordam com tal palavra de ordem. Se se tratasse de uma questão de princípio, decisiva para o desenvolvimento das lutas das mulheres, o movimento deveria encarar esse prejuizo. Mas tratando-se de uma questão conjuntural, sua exclusão da plataforma do movimento em nada atrapalha o seu crescimento.

Nestas questões o "III? Congresso" acabou sendo exemplar, apesar de contraditório. Por um lado, exprimiu o reforço de uma concepção mais centralizada, menos dispersiva, do movimento das mulheres, através da eleição de delegadas baseadas em regulamentos precisos. Tudo encaminhando para uma grande "medição de forças": a posição majoritária seria "a favor ou contra a Constituinte"? A favor ou contra o aborto? Este aspecto de "órgão máximo de deliberação" exerceu um verdadeiro fascínio sobre muitas militantes organizadas que viam aí a tão sonhada possibilidade de "comandar" o movimento. Por outro lado, a participação ativa dos grupos feministas - quase todos - inverteu, de certo modo, a lógica dos acontecimentos. Fizeram com que o "III? Congresso" fosse o da busca do que une as mulheres, o do reconhecimento da diversidade, da procura de objetivos políticos que exprimam o denominador comum de todos os grupos entidades e forças que compõem o movimento.

Quem não comprendeu esta contradição, não foi capaz de distinguir o velho do novo. Através de uma visão maquiavélica muitas pessoas só viram

no "III? Congresso" uma luta acirrada pelo "poder". Viram as feministas como portavozes de partidos políticos, desprezando o aspecto criativo de busca de uma política apropriada ao conjunto do movimento das mulheres. Viram somente a atuação divisionista e truculenta do MR-8, ou o oportunismo do PCdoB, deixando de lado outras posições mais lúcidas e corajosas.

Que "específico" e que "geral" ?

A busca de denominadores comuns num movimento tão amplo como o das mulheres é, no entanto, um problema complexo que está longe de ser resolvido. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a luta das mulheres é parte integrante da luta pela transformação da sociedade, embora isto possa parecer mero acacianismo. Apesar de sua diversidade social, política e religiosa, o movimento situa-se sem ambiguidades no campo da oposição, combatendo lado a lado com todos os setores que almejam a democrácia e o socialismo. Esta sempre foi, desde seus primórdios, uma das principais características do movimento feminino no Brasil, em que pese algumas exceções, como a das "marchadeiras" de Março de 1964.

Afirmar que o movimento das mulheres é de oposição significa compreender que estando, hoje, a oposição profundamente dividida, seus diversos matizes estão presentes no interior do movimento. Subestimar esta questão é abrir o caminho para que se transfira para o movimento de massas as divergências partidárias que dividem as forças democráticas. Foi exatamente o que aconteceu com os setores que defenderam durante o "III Congresso", a adoção da Constituinte como uma das principais bandeiras de luta das mulheres. Claro está que para os que pensam que o único partido de oposição é o PMDB, essa conduta não coloca nenhum problema. Aliás, agem como se fosse possível simplesmente atrelar esse movimento social ao partido em que se inscreveram.

Mas, voltando ao que caracteriza o movimento das mulheres, não basta dizer que é de oposição e que luta pela transformação da sociedade. A luta contra a ditadura, pela liberdade política, e até pelo socialismo, são objetivos que colocam diretamente em questão o poder político e, nesta medida, interessam amplos setores, movimentos sociais, sindicais, religiosos, etc, sem, no entanto, definir sua razão de ser, suas características particulares. Chega a ser um absurdo imaginarmos que os Sindicatos Metalúrgicos, por exemplo, fixassem sua atuação principalmente em torno da luta pela Constituinte (ou mesmo pela derrubada da ditadura), deixando para o segundo plano (ou, quem sabe, para depois da tomada do poder!) a batalha por melhores salários, contra o desemprego, pela representação sindical nas fábricas etc etc. Evidentemente, existem questões políticas de grande repercussão na vida da classe operária, sobre as quais os Sindicatos tomam - e devem tomar - posição. Mas para isso eles não podem se confundir com os partidos políticos, mesmo por que representam o conjunto da categoria profissional, permeada por todos os partidos, ideologias, religiões etc.

Se pensarmos no caso do movimento negro, teremos um exemplo que mais se aproxima do movimento das mulheres. Ele se organiza para combater o racismo, conscientizar os negros da opressão a que estão submetidos e das possibilidades de mudar essa situação. É evidente que sua luta é política, e que a questão das liberdades, da transformação social, lhes interessa sobremaneira. Mas o que faz com que os negros se juntem e se articulem é a clareza de que, ou são eles próprios a combaterem o racismo, ou ninguém mais o fará com consequência, nem mesmo os setores que são sinceramente contra o racismo. Pretender que os negros se organizem num movimento, não em torno da questão racial, mas sim em torno das chamadas bandeiras "gerais" que implicarão na derrubada da ditadura, é um absurdo. Se fosse assim não seria necessário que criassem um movimento negro. Bastaria que ingressassem nos partidos de oposição popular.

É curioso constatar que, no que se refere as mulheres, este mesmo problema envolva tanta polêmica. Pouco antes de terminar o "IIº Congresso' uma das aguerridas ativistas do jornal Hora do Povo propôs que o plenário votasse uma Moção contra a existência de um movimento de mulheres. Segundo ela, com o ascenso do movimento de massas seria "reacionário" pretender organizar as mulheres num movimento próprio, pois seu lugar era nas associações de bairro, sindicatos e "no" partido de oposição, o PMDB.

Passado um ano, essa mesma corrente propõe a criação de uma nova "Federação de Mulheres". Mudança de posição ou apenas de "tática"? Diante da evidente impossibilidade de conter o crescimento do movimento das mulheres, independente dos partidos, articulações sindicais e quejandos, pretendem agora "canalizá-lo", fixando-lhe objetivos que, curiosamente, lembram a proposta anterior: as principais bandeiras do movimento das mulheres seriam a Constituinte, a luta contra a Carestia e a luta por melhores salários.

Mesmo que se deixe de lado essas bitolas do pessoal do citado jornal, prevalece, assim mesmo, uma grande confusão na discussão dos objetivos do movimento das mulheres hoje. O uso indiscriminado de expressões como "luta geral" X "luta específica" parece só contribuir para obscurecer o debate. Não é possível que essa herança do movimento estudantil - que se dividiu durante anos para definir se devia lutar principalmente por melhores condições de ensino ou contra a ditadura - contagie o movimento feminino de hoje. Milhares de estudantes sempre foram mobilizados a partir de suas reivindicações concretas de sala de aula, de departamento, de faculdade, de Universidade e até de restaurante, sem que com isso abandonassem a luta contra a ditadura. Ao contrário, foi a partir das primeiras que melhor compreenderam a necessidade da segunda.

Não é difícil entender o quanto a situação do estudante - um estado transitório na vida dos que tem o privilégio de estudar - e a problemática da mulher são de natureza diversa. Aceitar que a discussão sobre o que mobiliza as mulheres se trave nos moldes do movimento estu-

dantil é rebaixar a questão feminina a uma polêmica estéril e taticista. O que seriam os problemas "específicos" das mulheres? Aqueles que não dizem respeito aos homens? Aqueles cuja solução beneficiaria principalmente as mulheres? A maternidade? A educação dos filhos? A sexualidade? Ou quem sabe a carestia da vida, as creches, a falta de hospitais?

A opressão da mulher não pode ser definida com essa terminologia simplista e maniqueista que opõe um "geral" a um "específico" como se todo mundo entendesse quais são os anseios, reivindicações e objetivos que podem ser classificados em cada um desses dois sacos sem fundo.

Nosso particular é o fato de sermos pessoas que pertencem a um sexo considerado, há milênios, como inferior. É o fato de sermos discriminadas (socialmente discriminadas) por sermos mulheres, sexo "secundário" e "submisso":

Uma opressão tão generalizada que se manifesta em todos os aspectos de nossas vidas, desde o nascimento, passando pela escola, pelo casamento, pela vida profissional, não pode ser rotulada de "específica". As reivindicações que decorrem dessas múltiplas manifestações de nossa opressão são reivindicações <u>comuns</u> às mulheres, das fábricas às cozinhas, das cidades ao campo.

A luta das mulheres é tão diferenciada, nas formas e nos temas, quanto nossa situação de opressão. Querer definir a priori o que mais mobiliza as mulheres, hoje, significa, em grande medida, colocar uma camisa de força no movimento. A luta pela bica d'água levada pelas mulheres de tal favela não é "geral" ou "específica". É o problema que nesse momento determinado mobiliza as mulheres por serem elas quem mais sofre com a falta d'água. A luta das mulheres contra a violência, o espancamento e até o assassinato é uma luta que mobiliza principalmente as mulheres porque são elas as vítimas, mas nem por isso pode-se dizer que se trate de um problema "específico".

São inúmeros os caminhos que podem dar início à participação das mulheres na luta por seus direitos. Isto porque são também inúmeros os motivos que podem levá-las a descobrir que a "inferiorização", aceita como característica "de fato" do sexo feminino, é , nada mais nada menos, que algo criado, alimentado e consolidado durante séculos de opressão. São inúmeros os caminhos que podem levá-las a descobrir que a pretensa característica "natural" que nos faz meigas e passivas, dóceis e burras, bonitas e submissas, é, na verdade, aproveitada pelo capitalismo para garantir a realização do trabalho doméstico gratuito, indispensável à reprodução da força de trabalho. São inúmeros os caminhos que podem levá-las a descobrir que para modificar a situação das mulheres é preciso que se mude a sociedade como um todo, pois as raízes que sustentam a opressão da mulher são as mesmas que produzem todas as outras injustiças sociais. E todos esses caminhos levam fatalmente à conclusão que a luta contra a opressão das mulheres só pode ser conduzida pelas próprias mulheres.

AS TESES DO PCB

A revista DEBATE sempre afirmou que a necessaria renovação do movimento comunista brasileiro depende de um esforço tenaz no sentido de se tirar lições dos graves erros cometidos nestes quase 60 anos de lutas. O exame crítico das propostas de linha política para o PCB constitui, sem dúvida, um momento privilegiado desse processo. Assim, é de justiça elementar reconhecer a importância da iniciativa do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas em publicar, com grande antecedência, as Teses para a discussão da orientação que propõe para a luta pela legalidade do PCB. Trata-se de prova inequívoca de que estão convictos que a elaboração de um programa marxista da revolução brasileira passa pela convergência de muitos, e não pela suficiência de alguns.

Iniciamos neste número o debate fraternal dessas Teses, reiterando que estas páginas estão abertas a todos os que se dispuserem a levá-lo em frente. As três contribuições que se seguem devem ser entendidas como impressões de uma primeira leitura de membros de nosso comitê de redação.

UMA GRAVE OMISSÃO

P.ALVES

A principal característica do capítulo das Teses dedicado à situação internacional é a timidez e a superficialidade com que se aborda os problemas do movimento comunista mundial. Não há dúvida de que as posições evoluiram, sob este aspecto, com relação às Resoluções do VI? Congresso do PCB, realizado em 1967. Neste, "o sistema socialista, com a União Soviética à frente", caminhava sem tropeços no rumo da construçao do comunismo. Agora, o tom é mais temperado. Enquanto o parágrafo V garante que "o socialismo hoje possui um apelo mais forte junto aos trabalhadores" e que "o desenvolvimento dos países socialistas atende às necessidades das massas trabalhadoras", o parágrafo 8 lembra que "o caminho do socialismo não é isento de dificuldades e erros". Exemplos: o "burocratismo, o nacionalismo e as limitações ao pleno funcionamento da democracia. Nem sempre - prossegue o documento - os avanços no terreno da democracia social encontram a correspondência que se desejaria no campo da democracia política".

As Teses não se referem ao sistema socialista mundial como se este fosse dotado de uma estrutura hierárquica dirigida pela URSS. Tudo leva a crer que a idéia do "partido guia", do "centro da revolução mundial" está definitivamente sepultada entre os dirigentes do PCB, que seguem assim uma tendência positiva que, há anos, domina os mais importantes partidos comunistas do mundo.

Apesar destes avanços e contrastando com a análise globalmente correta

(apesar de necessariamente sintética) do campo imperialista, as observações sobre os países socialistas são lacônicas e vagas. Dos oito parágrafos dedicados à situação internacional, apenas dois se referem ao campo socialista e em termos que não esclarecem as dificuldades que aí existem. Enquanto com relação ao imperialismo apontam-se novas tendências, como o desejo por parte de vários países capitalistas de uma nova ordem econômica mundial, as contradições entre as nações industrializadas da América Latina e o imperialismo, a adoção da distensão como norma de relacionamento político e diplomático por parte de vários países imperialistas, em suma, à tentativa de aprofundar a análise do sistema capitalista mundial, corresponde um discurso pouco esclarecedor no que se refere ao socialismo.

Falta de espaço? Questão pouco importante, se comparada ao estudo do imperialismo e da situação nacional? Não. Ao que tudo indica, este quase silêncio no tratamento do campo socialista reflete, infelizmente, uma opção dos dirigentes de como encaminhar a discussão de uma das questões mais polêmicas no interior do próprio partido. Quem lê o semanário Voz da Unidade sabe quanta tinta e papel se gastou para discutir a suspensão da publicação da conferência de Jean Kanapa (membro do secretariado político do PCF até seu recente falecimento), da qual um dos temas centrais era justamente um exame crítico da situação atual dos países socialistas europeus.

Pelo tempo que durou a discussão e a quantidade de pessoas que ela envolveu, qualquer leitor do jornal pôde perceber o interesse que os militantes do partido depositavam no tema. Interesse ainda mais compreensível, quando se sabe que os principais partidos comunistas de massa do mundo capitalista já haviam condenado de maneira firme a constante violação dos direitos humanos na URSS e em outros países do leste europeu, sem que tal postura os tenha conduzido ao antisovietismo ou à quebra da solidariedade internacionalista.

Neste sentido, as Teses são decepcionantes e consagram a pior das tradições no interior do PCB: a de se escamotear a discussão de fundo de temas polêmicos, em nome da unidade, gerando assim uma unidade frágil, assentada mais sobre a tradição e sobre a fidelidade às pessoas do que sobre princípios e posições políticas.

Esta discussão não tem, evidentemente, um valor meramente contemplativo. Estão subjacentes a ela questões cruciais do próprio caminho que o Brasil poderá trilhar na construção do socialismo e, antes de tudo, a questão da democracia. Quando os grandes partidos comunistas de massa do mundo capitalista condenam a violação dos direitos humanos em vários países socialistas, isso não se deve a motivos simplesmente eleitoriais mas é o reflexo de uma opção firme pela via democrática na construção do socialismo, cujo eixo é a ampliação permanente das liberdades públicas. Não se trata de ingerência na vida de outros partidos e de outros países, mas de uma posição política segundo a qual o socialismo sem li

berdade acaba fatalmente por se degenerar, inibindo a participação do cidadão na gestão nos negócios públicos.

Dizer que "o caminho do socialismo não é isento de dificuldades e erros" é, de certa forma, santificar os erros, tratá-los como desvios de rota necessários para que se atinja o destino desejado. Ao não abordar de maneira mais substancial e direta estas dificuldades e erros, os dirigentes do PCB não frustram apenas boa parte dos militantes e simpatizantes de seu partido. Fazem pairar, sobre o conjunto das forças democráticas, dúvidas sobre a real independência do partido com relação à URSS e sobre a autenticidade de seu compromisso democrático.

O EIXO ATUAL DA REVOLUÇÃO

A.SILVA

A caracterização sócio-econômica do Brasil atual e a tentativa de descortinar os caminhos da revolução, tal como aparecem nas Teses, demonstram uma nítida evolução do pensamento político dos dirigentes do PCB. Mas as mudanças foram contidas por um significativo "pêso" do mecanismo que dominou esse grupo dirigente durante várias décadas.

Admite-se hoje que "a burguesia e o proletariado" são as duas classes fundamentais da sociedade brasileira" mas afirma-se que devido "à estrutura e ao estágio do capitalismo em nosso país, a contradição fundamental da sociedade brasileira opõe, em primeiro lugar, o povo à aliança do imperialismo com seus sustentáculos, a reação interna"(teses 16e 23). Em outras palavras, o socialismo "é uma necessidade histórica imposta pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, uma determinação incontornável de sua formação econômico social", mas, a "aliança de forças reacionárias externas e internas é o principal obstáculo ao progresso social e a principal fonte de opressão política do nosso povo". Donde se pode concluir que apesar do caráter histórico socialista da revolução, ela passa necessariamente por uma etapa de natureza essencialmente antimperialista,sendo que,tanto uma como outra, exigem a conquista e o constante alargamento da democracia política. Por isso,o caráter do processo revolucionário, no momento atual, seria "democrático e nacional".(tese 23)

Há aqui um problema teórico de fundo que foi apenas contornado ao invés de ser resolvido. Quando se reconhece o caráter objetivamente socialista da revolução brasileira, deve-se admitir que esta revolução só pode se dar pela passagem do poder da classe dominante - a burguesia - para a principal classe dominada, o proletariado. Isto significa, desde logo, que o conteúdo dessa revolução não é mais burguês, mas proletário. No entanto, qualquer marxista minimamente atento às condições concretas atuais do movimento social do país sabe que a classe operária está longe de reunir as forças necessárias para que se ponha fim

ao poder da burguesia. Se de um lado as premissas materiais do socialismo estão criadas - a grande indústria, a dominação do campo pela cidade, a concentração do processo de produção, a extensão do proletariado etc. - suas condições subjetivas estão apenas em fase embrionária: a consciência, a organização, a disciplina e a determinação do proletariado para que possa exercer sua hegemonia sobre a sociedade com base numa sólida política de alianças com os demais segmentos de explorados e oprimidos.

A maneira materialista e dialética de formular a questão parece-nos ser a seguinte: quais são as causas históricas concretas que explicam o aparente paradoxo entre a existência de condições objetivas e a inexistência das condições subjetivas para o socialismo em nosso país?

A resposta a esta questão não pode escapar da análise das circunstâncias em que se deu a transformação burguesa da sociedade e do Estado brasileiros. Não é pouco importante o fato de que, no Brasil, a contradição entre aqueles que queriam perpetuar a "vocação agrícola" do país e aqueles que queriam industrializá-lo, entre a renda da terra e o capital, nunca tenha conduzido a um enfrentamento decisivo. A burguesia brasileira sempre encontrou a via do compromisso; e foi gradualmente que a indústria afirmou sua dominação sobre a agricultura e a cidade sobre o campo.

O Brasil conheceu, em 1930, uma crise revolucionária sem solução revolucionária; e a afirmação da hegemonia burguesa fez com que os problemas herdados do passado agrário, longe de serem resolvidos, se reproduzissem e se ampliassem. Chegada à sua fase monopolista sem ter cumprido, nem que fosse parcialmente, o programa de reformas sociais proposto há décadas pelas forças populares, a burguesia brasileira incorporou ao desenvolvimento do capitalismo os elementos pré-capitalistas característicos do período precedente, em que dominava a oligarquia agrária.

Neste sentido, a concentração da propriedade da terra, seu subaproveitamento, seus modos específicos de exploração do trabalho dos lavradores, a atrofia da economia camponesa, constituem herança da escravidão colonial. Por outro lado, o fato de que a classe operária e os assalariados em geral não dispõem aqui de organizações sindicais independentes, também manifesta a natureza não-democrática (despótica ou "prussiana") da transformação burguesa. O regime constitucional em vigor de 1946 a 1964, apesar de ser o mais democrático que o Brasil jamais conheceu, estava longe de assegurar ao povo os direitos e liberdades vigentes nas democracias burguesas mais avançadas. A ditadura militar bloqueou, pela violência aberta, a evolução para a democracia que se verificava no país através da participação crescente das massas na defesa de seus interesses. Fê-lo justamente na medida em que esta evolução apresentava o risco de tornar-se uma ruptura revolucionária com a própria ordem burguesa, em que a luta democrática e anti-imperialista assumia cada vez mais um conteúdo popular - isto é, operário e camponês-

ameaçando portanto a hegemonia burguesa.

É neste ponto que fica clara a deficiência essencial das Teses referente aos caminhos da revolução brasileira. Não dão conta do verdadeiro alcance histórico da luta pela democracia no Brasil. Afinal, o que faz mais falta para que as massas estejam aptas a ocuparem-se dos assuntos do Estado, para que a classe operária assuma o papel de classe dirigente e conduza o povo a trilhar a via do socialismo e do comunismo? Segundo as Teses é a independência financeira e diplomática do Brasil em relação ao sistema imperialista. A conquista e o alargamento da democracia política surgem somente como um meio de atingir esse objetivo e não como o principal objetivo.

Estaríamos de acordo que são dois objetivos indissoluvelmente ligados? Que não pode haver plena democracia sem independência nacional e vice-versa? Não se pode ter certeza a partir da leitura das Teses. Se a luta anti-imperialista é o objetivo central que condiciona os demais, pode-se conceber um processo em que uma ampla frente levasse o país a romper sua dependência financeira e diplomática em relação ao imperialismo, sem que houvesse aprofundamento da democracia para as massas populares. Existem muitos exemplos no interior do bloco dos países "não-alinhados".

A importância dada pelas Teses à "ampliação dos setores da burguesia que são levados a entrar em contradição com o imperialismo"(teses 15 e 25), ou a afirmativa de que "o proletariado deve lutar pelas máximas coesão e unidade do bloco de forças que se opõem ao imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos", deixam entrever a idéia de que na política de alianças da classe operária, uma eventual fração anti-imperialista das classes dominantes poderá ser privilegiada por mais despótica, autoritária ou anti-democrática que possa ser.

Essa supremacia do objetivo anti-imperialista sobre o objetivo democrático na atual etapa revolucionária pode ser verificada na própria caracterização dada pelas Teses à dominação imperialista e também no novo, e surpreendente, tratamento dado à questão agrária.

"Sustentáculos"

Segundo a tese 23, a contradição fundamental da sociedade brasileira opõe "o povo à aliança do imperialismo com seus sustentáculos, a reação interna". A atual estratégia imperialista consistiria, segundo a tese 15 numa nova divisão internacional do trabalho de caráter "neocolonialista, e o que teria mantido o país na "dependência" teria sido a "industrialização controlada, direcionada pelo imperialismo".

Não há espaço aqui a ser dedicado a uma crítica dessas noções, pormenorizadamente elaborada em artigos de Fernando Andrade nos números 8,10, 13,24,25 e 26 de DEBATE. Cabe sim chamar atenção para a sobrevivência

de velhas concepções a respeito da revolução brasileira como "movimento de libertação nacional" e a respeito da dominação imperialista como fator de "atrofia" do desenvolvimento capitalista nos países sobre os quais ela se exerce. Parece-nos que estas passagens se opõem ao enfoque basicamente correto usado nas Teses para caracterizar a posição do Brasil no campo imperialista. Reconhece-se que o capitalismo brasileiro já atingiu o estágio da concentração monopolista da produção. Reconhece-se que a burguesia brasileira dispõe de base própria de dominação de classe, desqualificando-se, implicitamente, a antiga visão, segundo a qual, a ditadura militar é mera emanação do imperialismo norte-americano. Reconhece-se,portanto, que a forma do Estado é, hoje, expressão das necessidades da concentração monopolista acelerada, considerando-se a burguesia monopolista, e particularmente o setor financeiro, como a camada dirigente.

Ora, tudo isso implica também o reconhecimento de que a contradição entre o povo e o imperialismo atravessa a estrutura mesma da produção e não pode ser vista como externa à nação. Não se trata de meros "sustentáculos" formados por uma fluída "reação interna" de tipo "neocolonial". O Brasil está inserido no campo imperialista como país capitalista explorado pelos monopólios multinacionais, mas cuja burguesia tem interesses econômicos e políticos próprios e participa, tanto quanto os monopólios estrangeiros, da exploração dos trabalhadores. Não é por ser a emanação direta da dominação estrangeira, mas por estar a serviço de uma burguesia economicamente dominada pelo capital estrangeiro que a política econômica do regime militar satisfaz, no essencial, às exigências das multinacionais. A política externa da ditadura está orientada em vista de fortalecer, pela concentração monopolista acelerada e pela reorganização do comércio exeterior, a posição do Brasil no interior do campo imperialista. Tem tentado tirar partido das contradições inter-imperialistas no sentido de aumentar a participação relativa dos monopólios alemães, japoneses, franceses e italianos na economia brasileira.

Dividir a dependência para atenuá-la, a isto se reduz o "nacionalismo" da burguesia monopolista brasileira. E nesta barca constumam entrar muitos setores oposicionistas desnorteados. Basta lembrar a linha editorial de vários órgãos da imprensa alternativa frente à política do ex-presidente Carter, certas declarações de líderes do ex-MDB, quando da viagem de Geisel à Inglaterra e à França, condenando qualquer manifestação contra a tortura no Brasil em nome da "solidariedade nacional", ou mesmo, o entusiasmo com que muitos setores exaltam certas qualidades do arquireacionário, mas nacionalista, general Serpa.

Diante desse comportamento de setores da grande burguesia brasileira, a questão que se coloca é a seguinte: o eixo diretor do movimento revolucionário no Brasil deve ser o nacionalismo ou a democracia? A nosso ver,é na luta pela democracia que mais se concentra a dinâmica de ruptura com a ordem social existente. O principal para as classes popu

lares é a conquista da liberdade política que lhes é negada pelas classes dominantes brasileiras e não uma hipotética aliança com setores descontentes dessas classes dominantes para conquistar a independência nacional. O grande mérito de ter colocado nestes termos o traço essencial da luta revolucionária em nossas condições históricas cabe, sem dúvida, ao Projeto de Plataforma Política de DEBATE, publicado em seu número 12 (abril de 1973) (1).Pela primeira vez foi formulada de maneira clara a interpenetração das tarefas democráticas e anti-imperialistas no processo revolucionário em nosso país.

Em várias passagens das Teses pode-se constatar a resposta inversa à questão colocada. Qual seja, que o eixo-diretor da luta revolucionária hoje, no Brasil, é o nacionalismo. Diz-se claramente que o proletariado deve lutar "pelas máximas coesão e unidade do bloco de forças que se opõem ao imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos" Ao invés disso, pensamos que o proletariado deve lutar pelas máximas coesão e unidade do bloco de forças que desejam a democracia e se o - põem ao autoritarismo e seus aliados internacionais.

Sumiço no campesinato

A análise das classes sociais do setor agrícola que baseia a tese 20 reflete uma das maiores guinadas do pensamento político dos dirigentes do PCB. Da visão dicotômica que insistia na sobrevivência do "feudalismo" no meio rural e subestimava sistematicamente a formação do proletariado agrícola brasileiro, passa-se,agora, para o extremo oposto, onde todo realce é dado à existência de "mais de 11 Milhões de assalariados agrícolas" (numa população ativa no setor de 15 Milhões). O "antigo" campesinato brasileiro teria sido "drasticamente reduzido e arruinado pelo desenvolvimento capitalista, visível na redução do número de estabelecimentos de 5 a 50 hectares"(tese 20).

Duas questões devem ser levantadas quanto a este ponto. A primeira concerne a própria manipulação dos dados estatísticos que pode levar a esse gênero de conclusões. A segunda refere-se às suas implicações político-práticas no plano das alianças.

Para se afirmar que existem mais de 11 Milhões de assalariados agrícolas é necessário que se considere todos os parceiros, arrendatários, posseiros e grande parte dos minifundiários como assalariados. Há uma corrente entre os especialistas que sempre teve essa visão simplificadora. Para eles, o fato dessa massa de trabalhadores ser constituída por pequenos núcleos familiares produtores de mercadorias não tem ne-

---

(1) Posteriormente editado no livro Pela União dos Comunistas Brasileiros, Ed. Prelo, Lisboa, 1975,

nhuma repercussão em seu possível comportamento social e político, visto que, em grande parte, também são obrigados a vender sua força de trabalho ocasionalmente. Supõem, de antemão, que esse semiproletariado não agirá enquanto camponês e arrastará, inclusive, a massa de pequenos proprietários para um comportamento proletário. Infelizmente, a experiência histórica é rica em exemplos desmentindo totalmente essa euforia socialisteira.

Por outro lado, dizer que houve uma drástica diminuição do campesinato "visível na redução do número de estabelecimentos de 5 a 50 hectares" é simplesmente um despropósito. O crescimento do proletariado agrícola se deve sobretudo à expulsão de colonos e moradores das grandes fazendas e engenhos e, em menor magnitude, à "expropriação" do campesinato. Esta última foi compensada por um certo crescimento da pequena produção mercantil em outras regiões, onde não predominam as grandes plantações de açucar ou café. No estrato de área de 10 a 50 hectares existiam , em 1960, 1.218 Mil estabelecimentos. Em 1970 eles passaram para 1.592 Mil e em 1975 cairam para 1.544 Mil. A taxa de crescimento do campesinato é evidentemente inferior à do proletariado agrícola nas últimas décadas. Mas daí a dizer que houve uma "drástica redução" entra um forte dose de subjetividade. E isto só para ficar na contestação dos dados citados, pois se fôssemos examinar a evolução do campesinato com base nas estatísticas censitárias, cadastrais e no PNAD, seria possível mostrar, facilmente, a formidável "teimosia" dos camponeses em sobreviver como pequenos produtores de mercadorias. Por falta de espaço, remetemos o leitor a nossos artigos nesta mesma revista (1) e a vários estudos publicados nos últimos anos por alguns especialistas(2). A persistência e recriação da pequena produção familiar tem sido analisada no quadro do desenvolvimento capitalista, sem cair no maniqueismo do tipo: (muito camponês = feudalismo) X (muito assalariado = capitalismo).

Ao se procurar quantificar a força de trabalho ocupada na agricultura, a partir dos dados disponíveis, tem-se como primeira aproximação as seguintes cifras em Milhões para 1975: (2)

* proprietários minifundistas, (incluindo dependentes s/remuneração).....	4,0	(26%)
* pequenos posseiros.	2,4	(16%)
* pequenos rendeiros	4,0	(26%)
* empregados assalariados	4,9	(32%)
(dos quais: 1,6 permanentes e 3,3 temporários)		
TOTAL...	15,3	(100)

(1) Cf. nºs 14,15,16,18,21,22,23,25,27,e 37

(2) Cf. p.ex:Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, J.F.Graziano da Silva (coord.), ed.Hucitec,1978; e tb. do mesmo autor, O que é Questão Agrária, Ed.Brasiliense, 1980

Salta aos olhos o quanto as Teses subestimam a importância que continua a ter a classe camponesa. Sua principal implicação política é o desprezo pela problemática da aliança entre o proletariado (urbano e rural) com a classe que parece ser o segmento social antimonopolista mais próximo, com maiores possibilidades de convergência.

O amálgama feito nas Teses pode levar a uma orientação tática que ao invés de fortalecer o campo popular, criará dificuldades suplementares ao relacionamento entre assalariados agrícolas e camponeses, prejudicando o estabelecimento de alianças duráveis entre estas duas classes exploradas.

Também aqui fica evidente o equívoco em se dar supremacia ao objetivo anti-imperialista em detrimento do objetivo democrático. Qual será o critério decisivo da política de alianças no campo, o anti-imperialismo ou o apoio à reforma agrária? As próprias Teses dizem que o crescimento da burguesia rural fortaleceu o setor não-monopolista da economia. Essa burguesia rural, escandalosamente contrária à reforma agrária, tem, muitas vezes, interesses antagônicos aos das multinacionais do setor. Será este o critério que orientará a política de alianças?

A reforma agrária é objetivamente exigida por todos os lavradores sem terra e com pouca terra. O peso social e político destes últimos não pode ser subestimado e a satisfação de suas reivindicações (muitas vezes em contradição com os interesses do proletariado) está muito mais vinculada à conquista da democracia do que à conquista da independência nacional. Os dois objetivos são indissoluvelmente ligados, mas a ênfase deve ser dada ao primeiro!

A LUTA CONTRA A DITADURA

D.ALBUQUERQUE

No capítulo IV das Teses, onde são apresentadas as concepções táticas dos dirigentes do PCB na luta contra a ditadura, afigura-se um emaranhado de enunciados vagos, sem um fio condutor claro e preciso. Encontra-se aí formulações tão gerais - como, por exemplo, "a incorporação ao processo revolucionário de massas de milhões de trabalhadores, a estreita aliança das classes e camadas exploradas com a classe operária (..) são condições necessárias para a transição ao socialismo" - com as quais ninguém a rigor poderia discordar, até verdadeiras pérolas da tautologia como a seguinte: "a derrota das manobras que a ditadura empreende para predeterminar os resultados eleitorais é uma condição necessária para a vitória da oposição...".

Antes de se proceder a uma análise deste tópico seria portanto necessário um ordenamento das Teses de forma lógica, distinguindo aquelas que são enunciados gerais sobre a sociedade e o Estado daquelas que apontam no sentido de propostas táticas e, por fim, estas daquelas que

configuram orientações setoriais. Mesmo sabendo que será necessário voltar ao tema nos próximos números de DEBATE, convém, desde já, fazer algumas indicações que evidenciam as insuficiências teóricas dos dirigentes do PCB.

Inicialmente nota-se um certo mecanicismo onde se lê que "as transformações econômicas e sociais processadas no país, nos últimos anos, redundaram na emergência de uma sociedade civil em progressivo fortalecimento"(grifo nosso, p.16). A impressão que fica é que o crescimento econômico e o perfil de uma sociedade industrial cada vez mais complexa é condição suficiente para o fortalecimento da sociedade civil. Então, por que no período Médici, época de maior crescimento econômico, a sociedade civil não estava forte? Não basta dizer que tais fenômenos estão relacionados, é necessário dizer como estão relacionados, qual a ordem de determinação que objetivamente os relacionam.

Neste quadro de progressivo "fortalecimento da sociedade civil" o papel dos comunistas seria, segundo as Teses, contribuir para derrotar "a reação e o arbítrio e para conquistar a completa independência nacional, no quadro de um regime democrático e pluralista"(p.16). Não é por acaso que se fala em "reação e o arbítrio" e não em ditadura. Para os dirigentes do PCB, nem todo o quadro político atual configura o domínio de uma ditadura sobre o país e o povo. Por que?

Porque definem como o inimigo principal "o imperialismo norte-americano e seus aliados internos"(p.17). Velha tese que, no passado, sob o período "populista", implicava numa política em que tanto as massas como a então chamada "burguesia nacional" se beneficiariam no curso de um processo de modernização e democratização em contraposição à aliança oligárquico-imperialista. Hoje, mais matizada, esta idéia inclui entre os aliados do imperialismo os monopólios nacionais como elemento de espoliação da pequena e média indústria. No entanto, para as atuais Teses, a expressão política do bloco de poder dominante é o regime que "vem conseguindo combinar elementos de limitada democracia com o autoritarismo, sob a ditadura do Executivo" (p.20).

Ao confundir o funcionamento do governo, suas instituições, com a essência mesmo do regime, as Teses escamoteiam sua natureza militar. A ditadura, todos sabemos, é o exercício ilimitado do poder e, como tal, se realiza tanto através do Executivo como de um Judiciário desfigurado e de um Legislativo castrado. A ditadura não é do Executivo, mas sim de quem o controla a serviço dos interesses do grande capital nacional e internacional: o Alto Comando Militar. Se hoje a tática desse Alto Comando, em resposta às pressões populares, é de liberalização controlada isto não basta para dizer que a essência do regime se alterou. Basta que se atente para a dimensão política da implosão terrorista do Rio-centro a 1º de maio deste ano.

Mas, o que os autores das Teses não compreendem é justamente a essência

militar do regime. Por isso falam em derrotar " a reação e o arbítrio" e não a ditadura militar. Para eles, a exceção e o arbítrio são recursos apenas da extrema direita interessada em forçar o retorno "ao monopólio do poder político pela cúpula militar"(p.19). O suposto de tal afirmação é que o monopólio político do Alto Comando Militar já foi rompido e que os generais "aberturistas", uma vez hegemônicos, lograrão conduzir o país à democracia, pois admitiriam que a sociedade civil, através de uma Assembléia Nacional Constituinte, imponha limites à "ditadura do Executivo".

Em nome dessa mesma lógica, ao mesmo tempo em que se afirma "a possibilidade real de a revolução atingir seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição ou a guerra civil"(p.18), acreditando no caráter pacífico das transformações revolucionárias, externam sua convicção de que as Forças Armadas não devem permanecer neutras "face aos problemas políticos".(p.28).

Mesmo levando-se em conta a justa afirmação de que "os comunistas consideram positivo que os militares participem democraticamente da vida do país"(p.28) falta às Teses, a percepção de que não basta "a reformulação da atual doutrina de segurança nacional"(p.28) para que isto ocorra. Aos militares cabe defender a sobernania nacional e a constituição e não serem, como hoje, algozes do povo. A volta ao papel constitucional das Forças Armadas já seria, de imediato, expressão da participação política democrática das FFAA na vida nacional, pois implicaria na adoção do profissionalismo em oposição ao gangsterismo dos DOI-CODIs. Esta deve ser a reivindicação de todos os democratas no momento atual. Mas os dirigentes do PCB, despreparados para enfrentar o problema militar, entendem justamente o contrário. Seu Secretário Geral, Giocondo Dias, juntou-se ao sinistro Erasmo Dias ao defender de público o engajamento da corporação no combate ao terrorismo,pois entende que assim ficaria demonstrado que as FFAA "não estão comprometidas com essa nova escalada terrorista" ao mesmo tempo que a Nação deveria permanecer vigilante "para que elas não acabem se transformando em mais uma força de repressão"(grifo nosso).

Para as Teses, "a contradição fundamental da sociedade brasileira opõe (..) o povo à aliança do imperialismo - especialmente o norte-americano - com seus sustentáculos, a reação interna"(p.16). Seria de se esperar, então, uma análise acurada da sociedade brasileira que permitisse a formulação de um avançado programa de lutas tendo em vista a emancipação popular, através de uma estratégia e de uma tática de lutas capaz de pôr fim à ditadura. Mas, qual deve ser, segundo as Teses, a tática dos comunistas enquanto "estado-maior da classe operária"?(p.24).

Seria, em resumo: lutar pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte; pela defesa da integridade nacional ameaçada pelo imperialismo; pela legalidade política dos comunistas; por uma política de distensão e de paz no plano internacional; pela preponderância da classe ope

rária na luta contra o regime; pela reforma agrária; pela participação das camadas médias urbanas na luta contra a ditadura; pela mobilização da juventude; pelo combate ao preconceito de cor; pela defesa das terras indígenas; por uma política de aproximação com a Igreja Católica; pelo reforçamento das lutas setoriais, como a autonomia dos estados e municípios; e pelo fortalecimento do parlamento.

Embora tal conjunto de objetivos seja essencialmente justo, quase todas pecam pela generalidade. É especialmente elucidativo o trecho que se refere aos pontos básicos do programa das oposições. Não se consegue ir além da afirmação de que ele deve conter "as questões que já são do consenso nacional" e que sua elaboração demanda "acordo entre os diversos movimentos, partidos e organizações representativas", donde tal programa deve ser o espelho "da própria prática da resistência democrática"(p.21). Esquece-se que os comunistas, enquanto destacamento avançado do movimento democrático, devem justamente "extrair as lições da prática" e formulá-las, de modo coerente, para o conjunto das forças democráticas. Esquece-se, também, que um Congresso partidário é o momento em que isto deve ser feito com toda a clareza.

Da mesma maneira, ao apontar para a importância de se atrair as "camadas médias urbanas" para o campo da revolução, satisfaz-se com afirmações genéricas do tipo "a luta pela manutenção e aumento do poder aquisitivo dos salários e vencimentos possui grande capacidade mobilizadora.."(p.25). Tais camadas, que outrora forneceram as bases de apoio ao regime, deslocaram-se majoritariamente para o campo oposicionista, não apenas em consequência da deterioração do poder aquisitivo. Sofrem diretamente a repressão às manifestações culturais, as consequências da especulação imobiliária, a insuficiência dos equipamentos urbanos, enfim, a deterioração da chamada "qualidade da vida". Nesse processo, comandado pelo grande capital, vêem se esvair os sonhos de uma vida ao estilo burguês e se aproximam, objetivamente, do operariado. Seu potencial revolucionário, no entanto, pode facilmente degenerar para formas de rebeldia individual se não for canalizado para organizações de massa capazes de dar expressão a seus múltiplos anseios.

Para as Teses, no entanto, basta atentar para o papel "de grande relevo da intelectualidade" em meio a essas camadas urbanas. Para elas dirige-se sua política cultural. Ao realizar este salto das "camadas médias urbanas" para os intelectuais de classe média, possibilita, sem traumatismos, um outro salto: dos intelectuais para a Universidade."No âmbito da Universidade situa-se hoje o eixo da intelectualidade brasileira"(p.25). Tal formulação exclui, evidentemente, uma vasta gama de produtores culturais que não tem acesso ao ensino superior e que, no entanto, revelam surprendentemente dinamismo e criatividade nos campos da música, literatura, cinema, imprensa regional e local, artes gráficas etc.

As Teses propõem a Universidade como o terreno onde deve se processar

"a unificação dos intelectuais em defesa da cultura nacional, pela liberdade de pesquisa, de criação e de expressão do pensamento, a democratização e a autonomia da Universidade, a defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e das minorias oprimidas, a luta pelos direitos dos autores, atores e artistas pela ampliação do mercado de trabalho e contra a censura" que são elementos fundamentais à mobilização e organização dos intelectuais"(p.25).

Embora reconhecendo a sensibilidade dos intelectuais para tais questões, não se pode deixar de frisar que a questão da Universidade, sua luta pela autonomia e por melhores condições de ensino, é subordinada à questão mais geral do desenvolvimento de uma cultura nacional e popular, onde a problemática central é a necessidade de se investir na ligação entre o movimento cultural e as massas, como forma de libertar a cultura dos guetos de classe média(1).

Ainda no que tange à Universidade, não há como escamotear que os aspectos centrais da luta democrática neste terreno dizem respeito ao combate à privatização do ensino e à falta de autonomia das Universidades públicas. Combater a privatização e a elitização do ensino e, ao mesmo tempo, conquistar o direito dos professores, alunos e funcionários elegerem livremente os dirigentes universitários, assim como a luta por maiores verbas para ensino e pesquisa e melhores salários para os professores e funcionários, constituem as principais bandeiras democráticas nas universidades.

No que diz respeito às chamadas "lutas setoriais", especialmente pela autonomia dos estados e municípios, as Teses satisfazem-se em empalmar o ponto de vista liberal ao se insurgirem em particular contra o "esvaziamento financeiro dos municípios"(p.28). Esta é uma tese cara aos liberais desde a Constituinte de 34 e, em especial, após o aparecimento da obra de Victor Nunes Leal, Coronelismo, Enxada e Voto. Através dela pretende-se contrabandear a idéia de que os municípios ricos seriam mais democráticos, uma vez que permitiriam melhor atendimento das demandas populares. Porém, prefeituras "ricas" em mãos de representantes do latifúndio e dos monopólios só têm feito reforçar o poder desses setores das classes dominantes. Anterior à questão da autonomia financeira, a participação das massas na administração municipal é que deve aparecer como principal objetivo. E esta tem como requisito, além da extinção da figura dos prefeitos nomeados, a extensão do direito de voto ao analfabeto, além da própria reformulação da Lei Orgânica dos Municípios, instituindo novos mecanismos de controle popular sobre a administração local. Sob as atuais condições políticas, o município, financeiramente forte ou não, será mera expressão local do domínio oligárquico.

---

(1) Ver a respeito a análise de Roberto Schwarz sobre o problema cultural no pós-64, in "Notas Sobre Cultura e Política no Brasil -64/69".

Unidade e Luta na Conquista da Democracia

RAYMUNDO DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

O atual momento político, claramente de transição, está exigindo de todos nós o máximo de observação, estudo e criatividade. Abrem-se opções para que dessa transição enterremos para sempre o período negro por que passamos, na certeza da incorporação desses anos na nossa memória, na nossa história, na nossa vida.

Ruptura e continuidade dentro da transição, onde o novo luta por nascer, crescer, dominar e o velho tenta se manter, se modificar se preciso, mas se manter no essencial em defesa do ontem e do passado.

Diferentes visões da conjuntura, diferentes opções abertas à sociedade apontam para o rompimento do impasse político-institucional.

Um erro de avaliação, um erro de encaminhamento, pode nos levar a retrocessos, anulando os acúmulos dos últimos anos e causando o massacre das lideranças populares geradas nessas lutas.

Uma condução mais acertada, que reflita o que aprendemos, que leve em conta nossos erros e nossos acertos, abre caminho para sairmos da crise consolidando um passo firme para a democracia, para a superação definitiva dos anos negros do passado recente.

Desde o interior do regime, passando pela dissidência burguesa e chegando ao campo popular, identificamos várias tendências, mais ou menos claramente formuladas, muitas vezes com diferentes matizes dentro de uma mesma alternativa, coexistindo entre cada um desses projetos aspectos de unidade e de luta.

Procuraremos detectar a crise em sua complexidade e analisar cada uma das propostas para a sociedade, delimitando, entre cada uma delas, onde há prioritariamente luta, onde há prioritariamente unidade.

Conscientes de que a crise é muito grave e, portanto, sabedores de que a tarefa a que nos proporemos é árdua, conclamamos os companheiros para uma reflexão crítica e profunda no sentido de contribuir para o debate desse momento.

Da nossa capacidade de observação da realidade e intervenção transformadora no conjunto de seus aspectos principais e secundários, depende a confecção de um retrato mais ou menos fiel do quadro atual político.

Só em cima de um retrato o mais fiel possível, poderemos utilizar toda a criatividade a fim de apontar em que sentido avançar para extrair quais as tarefas centrais da conjuntura.

(. . .)

OS 2 PROJETOS DA DITADURA

No seio da ditadura, hoje, esboçam-se claramente 2 projetos: de um lado está a extrema-direita que joga claramente na argentinização do país no terror assassino; de outro o encaminhamento dado pelos setores dominantes do atual governo, representado pela dupla Golbery-Figueiredo, que visa a institucionalização de um governo forte.

A extrema-direita se apavora com o avanço das lutas democráticas, com o aprofundamento da chamada abertura; busca sua interrupção usando bombas e montando mentiras, verdadeiros planos Cohen, a partir de seus elementos presentes em altos cargos no aparelho da repressão.

Entendem que sua oportunidade passa pelo "virar a mesa" o quanto antes, por impedir o aprofundamento do processo democrático em que já teríamos ido excessivamente longe, sonhando com a volta aos tempos do AI-5 e do presidente

Médici, quandos os facistas atuavam abertamente e não na semi-clandestinidade como hoje.

Querem o confronto agora, o quanto antes, ontem se possível, sabendo que o tempo funciona contra eles, que o povo se organiza, que vai havendo, a cada novo dia, uma clareza maior do que se passou nesses anos onde a tortura foi instrumento de luta contra os patriotas e democratas, onde a espionagem interna foi oficializada, onde a repressão era regra, onde o medo era vizinho, constante, permanente.

Têm na Argentina seu modelo. Lá, após curta abertura, houve novo fechamento com o assassínio frio e sistemático de dezenas de milhares de oposicionistas. Vêem na eliminação física dos democratas o único caminho para a superação da crise, para manter o povo desorganizado, para o Brasil grande e fascista com que sonham, aliando em geral o racismo às patriotadas, perseguindo os patriotas em nome da segurança nacional, entregando nossa terra e nossas riquezas enquanto exaltam os hinos pátrios sob o olhar intimidado do povo.

Viram na ascenção de Reagan e no enterro da política de direitos humanos um alento a seus sonhos assassinos.

O setor mais consequente da direita, atualmente no governo, é representado pela dupla Figueiredo-Golbery que tem servido ao imperialismo de forma mais concreta, permanente e eficiente.

Tem sua base política no latifúndio e nos grandes monopólios nacionais e internacionais, já entendendo, que num país como o nosso, a moderna indústria já necessita de formas mais dinâmicas de negociação e nossa pujança econômica não cabe numa fôrma curta, estreita, das tradicionais ditaduras militares.

Reconhecem que precisam ceder os anéis na esperança de manter os dedos. Não por serem democratas — não o são — mas por serem mais preparados e consequentes que a extrema-direita. Sonham com um regime forte, mas com leis; leis duras, autoritárias, mas leis; um governo impopular, sem votos, mas com eleições; eleições falsas, mas existentes. Querem mudar a máscara para manter escondido o monstro, o governo autoritário, subserviente aos interesses externos.

Sonham com a abertura controlada, a democracia controlada, o povo controlado, as eleições controladas, a imprensa, a vida, os partidos, tudo controlado, regulado, aparentemente legislado, mas efetivamente controlado.

Acenam com o perigo da extrema-direita para neutralizar setores democráticos; ameaçam com retrocessos para impor uma "democracia vigiada", caricatura de democracia.

Tentam cooptar setores centristas acenando com o prosseguimento do processo de abertura, bem como com o perigo extremista, de direita ou de esquerda, procurando manipular esses setores, para impor o autoritarismo travestido de democracia limitada.

Não quer o confronto, mas tampouco deseja eliminar a extrema-direita. Quer uma extrema-direita fraca, mas existente, na pretensão de ser um mal menor e de que haja sempre uma posição à sua direita, para que assim possa se apresentar como o consenso, o centro, a ponderação. Para tanto não pode eliminar a extrema-direita, derrotá-la integralmente, pois o governo se transformaria na direita do processo, perdendo no consenso nacional, a menos que assumisse um compromisso maior com a democracia, com a defesa dos interesses nacionais, com a luta por melhores condições de vida para o povo. Seria exigir muito dos que estão há 17 anos comprometidos com o período mais negro de nossa história.

Esse setor tem hoje o poder, mas enfrenta uma crise para a qual não tem resposta. Não tem legitimidade, autenticidade, para exigir do povo apoio, tolerância, confiança, hoje indispensáveis para as medidas que a realidade está exigindo.

Na medida em que não responde à crise de maneira satisfatória, tem seus flancos cortados — à direita pelo facismo e à esquerda pela dissidência burguesa.

P.S. Já havia escrito esse trecho do documento quando ocorreu o atentado terrorista fracassado do Riocentro.

Num espetáculo onde 20 mil jovens ouviam música popular brasileira, se as luzes fossem apagadas e as bombas explodissem, teríamos, sem dúvida, centenas de jovens mortos, pisoteados.

Dentre esses, dezenas e dezenas de filhos, sobrinhos, netos e amigos de capitães, majores, coronéis, generais, almirantes e brigadeiros.

A confirmação de nossas teses: a imensa maioria das Forças Armadas condena essa barbaridade montada por elementos minoritários infiltrados no que permaneceu intocado dos órgãos de repressão, os DOI-CODI. Esses terroristas precisam do

caos, da calamidade, para romper seu isolamento e forçar o golpe contra os avanços democráticos.

Cabe a nós, mais do que nunca, mostrar o isolamento desses marginais e ressalvar as instituições que estão, sem dúvida, acima de eventuais componentes com maior ou menor autoridade.

A DISSIDÊNCIA BURGUESA

Esse setor vai mais longe que os defensores da institucionalização do governo forte na visão do Brasil complexo: Brasil de setores industriais com tecnologia de ponta, Brasil com um sistema financeiro de porte, Brasil de trocas com o exterior da ordem de 50 bilhões de dólares anuais, Brasil que necessita reformas profundas em seu modelo econômico e político.

Sonha a dissidência burguesa com um moderno país capitalista, uma democracia ocidental e cristã idealizada: partidos burgueses se revezando no governo, oposições atuantes, mercado interno forte, empresas nacionais com maior espaço e proteção, menos subserviência ao imperialismo e a venda — a melhor preço — de nossas riquezas.

Propõe avanços democráticos consideráveis, — principalmente na forma —, e mudanças econômicas que incluam o fortalecimento do empresariado nacional que teria mais condições de barganha com as multinacionais com as quais negociariam em melhores condições sem excluí-las; mantendo nosso país integrado na divisão internacional do trabalho que lhe coube no mundo ocidental capitalista.

Entende a necessidade de concessões aos trabalhadores e propõe um paternalismo mais tolerante, negociações patrões-operários mais modernas, mais diretas, mais final do século XX.

Reformas no aparelho repressivo, que volte aos quartéis com os militares de onde só deviam sair se necessário, submetidos e controlados pela força do capital - vista a experiência de quase 20 anos onde pensaram até em ter a hegemonia e o controle, gerando em alguns casos situações constrangedoras e de risco.

Defende um recuo organizado, sem traumas, sem grandes denúncias do todo poderoso aparelho repressivo, reserva a ser protegida para a eventualidade, nunca desprezível, da pretensão dos trabalhadores ao poder e não somente à fatia maior ou menor da riqueza que esse trabalhador produz.

Entende a necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte para que um novo sistema legal, mais atual para o Brasil de hoje, capaz de legitimar um governo necessário para as transformações, mais ou menos profundas que defendem.

Repito, reformas mais profundas umas, menos outras, porém controladas; decididas nas cúpulas e nos gabinetes.

A característica central dessa tendência burguesa está em que, nessa transformação, o povo deve ser espectador; espectador a ser até mobilizado em alguns momentos-raros é verdade — mas mobilizado sob controle, sob orientação, sob direção burguesa: sujeito nunca, independente jamais, ação própria em tempo algum.

A participação direta, organizada, independente, própria das grandes massas, de um lado dificulta os acordos de cúpula e de gabinete, de outro lado pode dar ao povo a pretensão de ir mais longe que numa democracia excludente, formal: democracia burguesa clássica.

Quando o governo autoritário cassou o MDB ou mesmo quando acabou com as eleições de 80, essa posição não mexeu uma palha para viabilizar grandes mobilizações de massa contra essas medidas, limitando-se a declarações formais em Brasília, discursos — alguns veementes — mas incentivar a intervenção do povo, nunca.

A conquista da Assembléia Nacional Constituinte marca também, com clareza, a posição dessa tendência que a vê, muito mais, como concessão do governo autoritário e não como um marco na luta pela democracia, caracterizando o fim do regime de arbítrio, conquista popular e democrática onde a participação do povo é a única garantia de que não se trata de uma comédia ou farsa onde os atores mudam os trajes e mudam-se até alguns atores, mas a peça, no fundamental, permanece a mesma.

Defende a dissidência burguesa, em sua imensa maioria, avanços democráticos e reformas econômicas, porém sob seu controle, naturalmente. Algumas vezes até mobilizando setores do povo, como marionetes, com populismo se preciso

porém nunca defendendo a ampla, aberta, independente participação e organização do povo, em especial dos trabalhadores.

É sempre bom lembrar que essa tendência abriga, entre seus componentes, um bom número de antigos beneficiários do arbítrio o que tem feito com que, em certos momentos, funcione como uma sublegenda do regime, uma alternativa confiável do autoritarismo.

Considera, com compreensível preocupação, que em um país como o nosso, onde a democracia — nos raros anos em que existiu — sempre foi formal e excludente, o povo organizado tenderá a passar por cima da democracia de cúpulas e construir uma democracia de massas.

Isso marca a diferença principal com a oposição popular.

O CAMPO POPULAR — IMOBILISMO X AVENTUREIRISMO — UM FALSO DILEMA

A característica central do campo popular se encontra no entendimento de que somente a mais ampla participação do povo será capaz de gerar uma democracia verdadeira, conquista e não concessão, pois os trabalhadores representam o setor da sociedade que só tem a ganhar com a democracia e as mais amplas liberdades.

Qualquer "democracia", abertura ou o que for, sem participação de peso do campo popular, é instável, insegura, aparente, débil.

Vemos hoje no campo liberal, segmentos que apoiaram o golpe de 64, concordaram com o AI-5 e que, sem dúvida, voltariam a fazê-lo em situação semelhante. É bom que hoje se alinhem com o povo, porém é indispensável entender as limitações com que se colocam ao lado do povo.

O campo popular, insisto, parte da premissa de que é indispensável a mais ampla participação popular no aprofundamento do processo de democratização, inclusive para romper os ciclos de autoritarismo e democracia formal que marcam nossa história, construída com o suor do povo, muitas vezes também com o sangue, sendo os frutos manipulados pelas minorias excludentes, anti-povo.

Dentro dessa marca central, entretanto, há nuances que quero me esforçar em entender e expor. As diferentes posições dentro do campo popular se dividem nas visões que apresentam do nível de organização e consciência das massas, assim como na visão das contradições no seio do sistema autoritário.

Dentro do campo popular, setores importantes subestimam os acúmulos das massas e superestimam as divergências dentro do autoritarismo. Não vêem possibilidade de o povo intervir; pregam a passividade para não atrapalhar o jogo no interior do autoritarismo.

Constatam, com razão, o baixo nível de mobilização e consciência das massas, mas erram ao observá-los estaticamente e não em processo, ao não acreditarem que seja possível vencer este estágio atrasado de luta de massa.

Constatam, com acerto, as divergências importantes no interior do autoritarismo; erram ao não vê-las no seu devido lugar, como divergências dentro do campo da direita e que, sem a intervenção popular, tendem a ser resolvidas mais uma vez contra o povo. Não podemos ignorar que o setor menos duro dentro do governo autoritário é, mesmo assim, altamente comprometido com o que de pior passou em nossa terra.

Os que tendem a uma visão imobilista, subestimam os acúmulos do movimento de massa e superestimam as divergências no seio do sistema autoritário.

O justo receio de vitória da extrema direita que joga a curto prazo, para empurrar o governo mais para a direita e, se preciso, derrubá-lo, faz com que esses setores populares tendam a um apoio implícito ao grupo que pretende a institucionalização de um governo forte, como mal menor ao facismo aberto, segundo pensam, a única alternativa a Figueiredo; o que faz com que se imobilizem, imobilizem as massas e, na prática, sonhem com um presente dos deuses: ganhar a democracia sem ruído, sem luta, sem participação popular, fruto dos desentendimentos entre direita e extrema-direita.

Embora teoricamente afirmem a importância decisiva do movimento de massa para conquistar a democracia, na prática, nunca se esforçam para que as massas entrem no processo político: se mobilizem, se conscientizem, lutem e aprendam lutando.

Nada fizeram contra a cassação do MDB, a não ser discursos longe da vida, longe da massa, fechados em 4 paredes. Nenhum empenho em capitalizar no meio do povo essa medida anti-popular: o povo via no MDB seu partido e havia espaço para denúncias amplas e de massa.

Nada disso. São dominados pelo temor a qualquer movimento que pudesse enfraquecer Figueiredo diante da extrema-direita, aceitando a política de fato consumado, inevitável, e não vendendo a derrota a preço alto, desgastando o conjunto do sistema autoritário, aumentando a consciência e revolta do povo.

Quando da cassação das eleições de 80, de novo, nada mais que protestos formais, longe, escondidos. Não capitalizaram o desejo que o povo tem de votar, protestar com o voto.

Nada fizeram para mobilizar para as eleições, novamente acenando com o confronto, com o perigo da extrema-direita.

Algumas vezes transpõem para o Brasil realidades estudadas em outros centros, confundindo teses de doutorado do velho mundo com a realidade das favelas do RJ. A partir de categorias definidas longe da vida sugerem uma tática política longe da problemática real dos que sofrem, dos que trabalham. Daí sugestões como a da unidade das oposições no RJ com o PP, elaboradas nas bibliotecas por intelectuais que não vivem a prática do autoritarismo do PP no governo do RJ.

Ainda no campo popular, de outro lado, os que só vêem o avanço do povo, superestimam seu nível e disposição de organização e luta; subestimam as diferenças entre as propostas de Figueiredo e a da extrema-direita, pondo ambas num mesmo saco.

O maniqueísmo mais uma vez está presente: no campo popular só se vê força e organização; no campo do autoritarismo, de derrota em derrota, não se vêem divergências, tratar-se-ía de um bloco homogêneo.

Essa visão idealista, otimista, desemboca em prática aventureira. Afirmam que o autoritarismo precisa jogar com o fascismo para enfrentar a crise, massacrando as lideranças populares, desorganizando o movimento popular, única saída do grande capital.

A opção seria a revolução com o povo na cabeça, a partir do "alto" nível de organização e disposição atual do movimento de massa, ignoradas as contradições no seio do autoritarismo, suprimidas, pelo silêncio, as dificuldades por que passa o movimento popular para se organizar, mobilizar e conscientizar.

Embora afirmem não desejar o confronto a curto prazo, consideram-no inevitável; atuam em função dele, o que implica no atropelamento dos que não vêem exatamente assim, dos que imaginam nuances, criam complicadores, confundem as massas que precisam estar unidas, a curto prazo, para o confronto à vista no qual o povo, crêem eles, têm amplas condições de sair na cabeça, vitorioso, construindo um governo popular e democrático.

Transformar os desejos em realidades não é boa política; moldar a realidade para enquadrá-la em esquemas pré-fabricados não é sábio.

O acreditar, a curto prazo, nas condições para o confronto do movimento popular e até a superestimação de seu nível de organização e disposição, faz com que essa posição tenha tido acertos fundamentais em questões de realce nos últimos anos: foram os que não tergiversaram na luta contra a cassação do MDB, mobilizando, denunciando no seio da massa, movimentando caravanas para Brasília contra a aprovação do projeto Figueiredo -Golbery, vendendo caro politicamente a derrota, capitalizando no meio da massa que tinha tudo para entender, condenar e aprender com esse processo de luta.

O mesmo se dá quando o governo impediu a eleição de 80, prorrogando mandatos de milhares de prefeitos e vereadores; foram dos que mais se empenharam a protestar abertamente: montando manifestações, concentrações, incentivando o lançamento de candidatos, aumentando com isso as condições de resistência, crescendo, no seio do povo, o desgaste do autoritarismo.

Esses 2 segmentos no campo popular têm em comum o entendimento do papel dos liberais, sua importância fundamental na construção de uma democracia verdadeira e não de fachada, principalmente dos liberais sinceros que não compuseram com a ditadura nesses quase 20 anos de martírio. O povo aprendeu a ver nesses liberais democratas, sinceros, símbolos da resistência, bandeiras que permaneceram de pé quando da borrasca, dos terremotos, da terra arrasada em que queriam transformar nosso Brasil.

Não se constituirá a democracia em nossa terra sem mantermos a união sagrada dos democratas: desde os liberais sinceros até os comunistas, a partir de cuja aliança o país entrará numa nova fase de sua história. (. . .)

A CONCLAT

C.I.D.A.S. (*)

A realização de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras surgiu, em 1978, como idéia de alguns sindicalistas, frente à necessidade de discussão e debate, pelo movimento sindical, de questões como: política econômica e salarial do governo, organização sindical nacional dos trabalhadores, a luta pela democracia.

O fortalecimento do movimento sindical no período recente, se dá fundamentalmente na luta por melhores salários, melhores condições de vida e trabalho, liberdade sindical, entendida como direito ao livre exercício sindical, representação sindical nos locais de trabalho, (delegado sindical), direito de greve e outras. Pela conquista destas reivindicações foram desencadeados amplos movimentos grevistas -78,79,80-, envolvendo milhões de trabalhadores das mais diferentes categorias em diferentes regiões do país. A luta por liberdades políticas, a contraposição entre Ditadura e Democracia, bem como a necessidade do trabalhador se jogar na ação política são reconhecidas pela liderança sindical, a partir do momento em que o avanço da luta experimenta a disposição do regime - quer seja diretamente através de prisões, assassinatos e condenações, ou mesmo através da legislação já existente, intervenção nos sindicatos, cassação de mandatos das diretorias, impedimento das lideranças mais destacadas a se candidatarem aos cargos de direção dos sindicatos- em impedir a todo custo, restringir, dividir sua ação e organização sindical.

A repressão imposta generaliza-se à medida em que o movimento operário adquire caráter massivo; a prisão em massa de grevistas torna-se fato corriqueiro; vários sindicatos sofrem intervenção do Ministério do Trabalho, suas diretorias cassadas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional. O governo, bem como os patrões, através de recursos administrativos, exercem todo tipo de pressões contra o movimento grevista. São comuns as longas listas de dispensa ao término de uma campanha salarial, rebaixamento do quadro funcional, processos, sindicâncias.

No campo, principalmente nas áreas de disputa de terras, onde sindicatos têm presença destacada, através de intensa mobilização dos trabalhadores rurais, contra os fazendeiros, grileiros, chefes militares locais, multiplicam-se os assassinatos dos líderes sindicais, (AC,PA,GO, MT,AL), sendo que a impunidade dos autores se mantém graças a ação acobertadora do governo.

(*) CENTRO DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E ANÁLISE SINDICAL

A LSN é o grande instrumento legal que respalda a política governamental. Sua aplicação enquadrando como crime de segurança a atividade sindical, além de amedrontar, busca essencialmente quebrar de forma mais profunda a organização dos trabalhadores. Em São Bernardo e Santo André, o governo antecipou-se aos interesses das multinacionais ali instaladas, intervindo nos Sindicatos, além de enquadrar a diretoria juntamente com as principais lideranças de massa (Osmar Mendonça, Emilson Simões e Wagner Lino Alves), na LSN. Tinha por objetivo desarticular a organização sindical local para paralisar a luta e a iniciativa dos metalúrgicos frente à ofensiva das demissões e rebaixamento dos salários.

No campo, procura-se atingir agora o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, (processado como base na LSN). A repressão brutal e direta já não lhes basta. Além do que, o crescimento da indignação e revolta dos trabalhadores têm encontrado resposta numa maior organização de sua luta.

A CONTAG cumpriu e cumpre o papel fundamental na organização, fortalecimento e unificação do movimento sindical rural. O enquadramento de seu presidente na LSN visa restringir e dificultar este seu papel.

Avançar e fortalecer sua organização e lutar pela democracia são as tarefas que o desenvolvimento da luta sindical coloca para o movimento sindical para fazer frente a ofensiva patronal e do governo sobre os salários, o emprego da repressão. Esta maior articulação e unidade nacional, dentro de uma mesma categoria, tornou-se prática do movimento. Greves de âmbito nacional foram preparadas (professores, médicos), muitas tiveram como resultado a criação de entidades nacionais. As campanhas salariais unificadas ganharam força (bancários, eletricitários, telecomunicações, professores, servidores públicos). Organismos intersindicais foram criados para encaminhar lutas comuns, como a luta contra a Comissão Nacional de Política Salarial, ou a luta contra a modificação da política salarial do governo (nov.80), que suprimiria os reajustes semestrais acima de 20 mínimos e pela reformulação do estatuto dos funcionários públicos, que reuniu 90 entidades sindicais.

Os interesses comuns dos trabalhadores se expressam nas plataformas de luta das diferentes categorias em suas campanhas salariais, congressos, conferências, e estes se conformam num programa nacional de luta dos trabalhadores: estabilidade no emprego; melhores salários e reajustes trimestrais; salário mínimo nacional unificado; liberdade sindical; direito de greve para todos os trabalhadores; reforma agrária e pela Central Única dos Trabalhadores.

Em vários estados, (SP,RJ,MG,RS,RN), mais um passo à frente para a unidade dos trabalhadores foi dado com a criação da UNIDADE SINDICAL, que congrega grande parte dos sindicatos destes estados, abrangendo, sobretudo nos grandes centros industriais (SP,RJ,MG), a maioria dos trabalhadores. Sua existência é que tem permitido ao movimento sindical uma

maior articulação, como a organização das comemorações unitárias do 1º de Maio deste anc e a preparação da CONCLAT.

Conscientes de que a conquista da liberdade sindical e portanto, do livre direito ao exercício sindical e de sua organização nacional estão diretamente ligadas a conquista da democracia no país, várias categorias de trabalhadores têm se pronunciado a favor de uma Constituinte Livre e Soberana (p.ex: Congresso Nacional dos Metalúrgicos-Poços de Caldas; Gráficos-setembro de 80; Engenheiros-Gramado; Professores-CPB; Bancários - Encontro do RGS; Encontro dos líderes sindicais do Ceará-nov.80,...)

A proposta de realização da CONCLAT se fortaleceu nesse processo. Seu objetivo, dar passos concretos na superação daquilo que continua sendo a maior debilidade do movimento sindical: a unificação nacional de sua luta e sua organização nacional.

A convocação da Conferência para os dias 21/23 de agosto em São Paulo, bem como a elaboração de um regimento e eleição da Comissão Executiva Nacional, responsável por sua preparação prática, foram resultados do Encontro da Unidade Sindical realizado a 21 de março de 1981, em SP, onde estiveram representados 191 sindicatos de 13 estados brasileiros. Com a inclusão do presidente da CONTAG, José Francisco, os 30 componentes dessa Comissão Executiva decidiram, em sua primeira reunião, eleger uma comissão de sete membros para enfrentar as tarefas de infraestrutura, secretaria e divulgação da Conferência.

Será de fundamental importância que a CONCLAT possa tomar resoluções que expressem os anseios reais dos trabalhadores brasileiros. Sua realização será, sem dúvida, o acontecimento mais importante do movimento sindical nos últimos anos e, quem sabe, o principal evento da luta democrática em 1981.

O empenho de todos os sindicalistas no sentido da unidade e o apoio de todas as forças democráticas são indispensáveis ao seu sucesso e ao sucesso da luta dos trabalhadores pela democracia.

OS PEDIDOS DE COLEÇÕES OU EXEMPLARES AVULSOS DE NÚMEROS ANTERIORES DEVEM SER ENVIADOS AO SEGUINTE ENDEREÇO :

SÉCULO XXI

Distribuidora
de Livros Ltda.

Rua Santo Amaro, 582/586
tel. 34-7577
CEP 01315 - SÃO PAULO

ÍNDICE ANALÍTICO

AGRICULTURA

A ESTRATÉGIA AGRÁRIA DA DITADURA -Editorial-nº2

O MOVIMENTO CAMPONÊS NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO - Palmeira (Capivara) - nºs. 11,12,13

A AGRICULTURA BRASILEIRA (LEITE) -A.Silva - nº 14

A AGRICULTURA BRASILEIRA (CARNE) -A.Silva - nº 15

A AGRICULTURA BRASILEIRA (NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DO TRIGO E DA SOJA) - A. Silva - nº16

O SETOR AGRÁRIO - RELATÓRIO AO TRIBUNAL RUSSEL II - A. Silva - nº18

OS EXPLORADOS DO CAMPO - A. Silva - nº21

FORÇAS DE PRODUÇÃO NO CAMPO - A. Silva - nº 22

CLASSES SOCIAIS NO CAMPO - A. Silva - nº23

CAIO PRADO E A LUTA PELA TERRA - A. Silva - nº25

O CAPITALISMO AGRÁRIO NO BRASIL - A. Silva - nº27

O POPULISMO CAIPIRA - A. Silva - nº37

ANÁLISE POLÍTICA

O LEGADO DE CARLOS MARIGUELLA - Fernando Lucas - nºs. 1,2

UNIDADE DA ESQUERDA - Editorial - nº3

A CRISE BRASILEIRA - Carlos Mariguella - nºs. 3 5,6,7

LUTA ANTI-IMPERIALISTA E LUTA ANTI-CAPITALISTA - Editorial nº5

O CHE E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA - Norberto Nehring - nº6

AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES Editorial - nº6

A DITADURA E A HEGEMONIA DA OLIGARQUIA MONOPOLISTA - Editorial - nº7

A ATUALIDADE DO LENINISMO - Editorial - nº9

POLÍTICA DE CÍRCULOS E POLÍTICA DE PARTIDO - Editorial - nº11

PROJETO DE PLATAFORMA POLÍTICA - nº12

NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS CONCEPÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA -Fernando Andrade-nº13

CHILE - DA UNIDADE POPULAR À RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA - Editorial - nº14

SUCESSÃO : DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA DEMOCRACIA - Editorial - nº15

AS ELEIÇÕES E A LUTA CONTRA A DITADURA - Editorial - nº16

PELA RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO Editorial - nº18

A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL - Editorial-nº21

A DEMOCRACIA REVOLUCIONÁRIA - Fernando Andrade - nº24

A QUESTÃO DA AUTONOMIA - Rolando Fratti - nº 24

CRISE DO REGIME MILITAR ? - Editorial - nº 25

ORIGENS DO COMUNISMO NO BRASIL -Neno Matos- nº28

BASES SOCIAIS DA FRENTE DEMOCRÁTICA - Abel Silva nº29

OS REVOLUCIONÁRIOS E O PARTIDO ÚNICO -Rolando Fratti - nº29

NOSSAS DIVERGÊNCIAS COM O COMPANHEIRO FRATTI - nº29

A ESQUERDA E A DEMOCRACIA - Marcia Brandão, Thiago de Lima - nº29

MOVIMENTOS POPULARES E PARTIDOS-M. F. Santos - nºs. 32 e 33

CRISTÃOS E MARXISTAS - Pedro Alves - nº36

AUTONOMIA OU PANACÉIA ? - A.Silva e N. Matos - nº35

CONJUNTURA POLÍTICA

A TORTURA A SERVIÇO DO CAPITALISMO - Carlos Moura - nº1

BALANÇO DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL - Josué Costa, Saturnino Silva, Alice Paiva - nº2

SUCESSÃO : DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA DEMOCRACIA - Editorial - nº15

AS ELEIÇÕES E A LUTA CONTRA A DITADURA - Editorial - nº16

A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL - Editorial - nº21

O VOTO PROGRAMA NAS MUNICIPAIS -Editorial - nº23

OS COMUNISTAS, A DITADURA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS - Pedro Alves - nº23

CRISE DO REGIME MILITAR ? - Editorial - nº25

NAS RUAS, PELA LIBERDADE - Editorial - nº26

AVANÇAR SEM SE ISOLAR (entrevistas) - Jean Marc Van der Weid - nº26

A CAMPANHA PELA CONSTITUINTE - Abel Silva - nº27

CONTANDO AS DIVISÕES - Editorial - nº28

ASSEMBLÉIA DO CUSTO DE VIDA - Abel Silva - nº28

A RUPTURA POSSÍVEL - Vários - nº30

PARA LÁ DOS NOVOS PARTIDOS -Editorial- nº31

A CANDIDATURA ALTERNATIVA - Assis Ferreira - nº31

RUMOS DA OPOSIÇÃO LEGAL - Abel Silva - nº31

A MISSÃO DO PMDB - Editorial - nº34

PARA ONDE VAI O PT ? - Pedro Alves - nº34

BREQUE NA ABERTURA ? - Pedro Alves - nº35

DESCOMPASSOS DO PMDB - Darcy Albuquerque - nº35

PREMISSAS DA CONSTITUINTE - Editorial - nº36

O TERROR, ONTEM E HOJE - Neno Matos - nº36

O MOMENTO POLÍTICO - Editorial - nº37

CONSTITUINTE, PINGOS NOS ii - Neno Matos-nº37

DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES

PASSAGENS DO PROGRAMA DA VAR-PALMARES - nº1

POC: UNIDADE DE AÇÃO - nº2

VAR - PALMARES : AS COMPANHEIROS DA DI, POC E PRT - nº3

MR8 - BALANÇO, FRENTE E PROGRAMAÇÃO - nº6

TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN : UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA - nº7

DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PCB - nº8

GRUPO ORIUNDO DA ALA VERMELHA E VPR: UM BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA - nºs. 9,11,13,16

D. N. P. DA ALA VERMELHA : CARTA POLÍTICA DE JULHO DE 1973 - nº14

CARTA RENÚNCIA À EXECUTIVA DO PCB - Carlos Mariguella - nº20

O PARTIDO NAS GRANDES EMPRESAS - nº26

COMUNICADO CONJUNTO MR8/UC - nº31

ECONOMIA

CRÍTICA AO PLANO TRIENAL - Mario Alves n°5

O BRASIL ESTÁ NADANDO E SE AFOGANDO EM DIVISAS - Henrique Henriques - n°10

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA - Fernando Andrade - n°14

NOTAS SOBRE O SETOR ESTRANGEIRO EM NOSSA ECONOMIA - Joana Almeida - n°15

O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS - I PETRÓLEO - Marta Alves - n°15

A TEORIA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO E A ECONOMIA BRASILEIRA - Fernando Andrade -n°15

O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL : ALGUNS PROBLEMAS - Joana Almeida - n°16

O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS - II SIDERURGIA - Marta Alves - n°16

O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS - III ENERGIA ELÉTRICA - Marta Alves - n°17

ACUMULAÇÃO E EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO AO TRIBUNAL RUSSELL - Fernando Andrade - n°18

A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA - Marta Alves - n°19

PETRÓLEO , MONOPÓLIO ESTATAL E CONTRATOS DE RISCO - Marta Alves - n°21

MANIFESTAÇÕES E DINÂMICA DA CRISE ECONÔMICA - Editorial - n°22

INFLAÇÃO OU RECESSÃO ? - Marta Alves - n°25

A POSIÇÃO DO BRASIL NO CAMPO IMPERIALISTA - Fernando Andrade - n°s. 25,26

O PIS/PASEP E A " REDISTRIBUIÇÃO INDIRETA " - Marta Alves - n°27

A ASSEMBLÉIA DO CUSTO DE VIDA -A.Silva-n°28

FORÇAS ARMADAS

A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS - B. Miguel - n°s. 9,10,11,12,13

FORÇAS ARMADAS E RUPTURA DEMOCRÁTICA - P. da Silva - n°27

A LUTA DOS MARINHEIROS - Otacílio da Silva - n°s. 30 e 31

LUTA DE IDÉIAS NO SEIO DA ESQUERDA

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DOCUMENTO " O PARTIDO E A VANGUARDA " - Marta Alves - n°1

NÚMERO ESPECIAL CONSAGRADO À FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES - n°4

PELO APROFUNDAMENTO DA DISCUSSÃO E DA AUTOCRÍTICA DOS REVOLUCIONÁRIOS MARXISTAS DO BRASIL - Editorial n°8

A SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO - Miguel Arraes - n°8

O PC E O OPORTUNISMO - Paulo Lemos - n°8

A ATUALIDADE DO LENINISMO - Editorial - n°9

MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MÉDIA - F. Andrade - n°s.9,11

AVANÇAR COM O MARXISMO NA LUTA IDEOLÓGICA - Editorial - n°10

POLÍTICA DE CÍRCULOS E ESPÍRITO DE PARTIDO - Editorial - n°11

NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS CONCEPÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA - F. Andrade - n°13

A REVOLUÇÃO NACIONAL - DEMOCRÁTICA SEGUNDO O V E O VI CONGRESSOS DO PCB - Alice Paiva e Pedro Alves n°15

RUMO À AUTOCRÍTICA - F. Gomes - n°s. 16,17

PELA RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO - Editorial - n°18

SOBRE AS CONCEPÇÕES DA ALA VERMELHA - Teresa Guimarães e Raul de Freitas - n°19

A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA - Marta Alves - nº19

A QUESTÃO DA AUTONOMIA - Rolando Fratti - nº24

MOVIMENTO E A REVOLUÇÃO AFRICANA - nº26

MR8 : EQUÍVOCOS DE UM CONGRESSO - Marilda de Castro, Teresa Guimarães e Francisca Pereira - nº28

OS REVOLUCIONÁRIOS E O PARTIDO ÚNICO - Rolando Fratti - nº29

NOSSAS DIVERGÊNCIAS COM O COMPANHEIRO FRATTI - nº29

A DISCUSSÃO EM TORNO DE " UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA " DA TL-ALN -

---

TL-ALN : UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA - nº7

POR UM PROGRAMA MARXISTA DA REVOLUÇÃO - F. Andrade - nº7

UMA IMPORTANTE TOMADA DE POSIÇÃO - Paulo Lemos - nº7

IMPRESSÕES DE UMA PRIMEIRA LEITURA - A.Silva-nº7

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN - A. Silva - nº8

A REORGANIZAÇÃO DOS LENINISTAS BRASILEIROS - A. Silva - nº8

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN - F. Andrade - nº8

ALGUNS EQUÍVOCOS DA LIBERTAÇÃO NACIONAL - F. Andrade - nº8

A AUTOCRÍTICA QUE NÃO FOI FEITA - Diogo Tavares - nºs. 8,9

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN - Paulo Lemos - nº9

SOBRE " UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA " E A DISCUSSÃO EM DEBATE - G. Zani - nº10

RÉPLICA DO COLETIVO DA TL-ALN NO CHILE AO COMPANHEIRO F. ANDRADE - nº10

A DIFICULDADE DE SER DIALÉTICO -F.Andrade-nº10

RÉPLICA DO COLETIVO DA TL-ALN NO CHILE - A. Silva - nº11

A TENDÊNCIA LENINISTA NA ALN E O LENINISMO A. Silva - nº11

CONTRIBUIÇÃO À DISCUSSÃO DA A. C. N. - Um Coletivo da ALN - nº12

MARXISMO E RADICALISMO PEQUENO-BURGUÊS - Pedro Alves - nº13

SOBRE A REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS -Editorial-nº30

EQUÍVOCOS DO OBREIRISMO DE DIREITA -Neno Matos-nº30

NO CAMINHO DA UNIDADE - F.Andrade - nº31

EQUÍVOCOS DO POLITICISMO DE ESQUEDA - J. S.Onen - nº32

O MR-8 E A REUNIFICAÇÃO - Editorial - nº33

O OBREIRISMO REVISITADO - F. Andrade - nº33

OS DILEMAS DO PCB - A.Silva e D.Albuquerque- nº34

A TÁTICA DO MR-8 - Sérgio Ramos - nº34

INTENTOS ENGANADORES - Sérgio Ramos - nº35

TRANSFORMISMO DEMOCRÁTICO - Paulo Rozemiro - nº36

O PCB E A DEMOCRACIA - Romão Batista - nº36

O ANTISOVIETISMO - Fernando Andrade - nºs. 36,37

DITADURA DO PROLETARIADO ? - Pedro Alves - nº37

LUTA DAS MULHERES

CONTRIBUIÇÃO A UMA ANÁLISE MARXISTA DA QUESTÃO FEMININA - Joana Almeida , Marta ' Alves, Maria Ribeiro - nº17

ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA - Maria Ribeiro - nº20

IMPRENSA FEMININA - Paula Santos e Francisca Pereira - nº24

MULHERES : CONDIÇÕES DE LUTA -Marlene Antunes-nº27

O FEMINISMO NO BRASIL , HOJE - Alice Paiva e Helena Oliveira - nº29

UNIDADE DAS MULHERES : OBJETIVOS E LIMITES - Joana Almeida - nº30 e 31

AS MULHERES NO SINDICATO - Natália Prado -nº32

ALCANCE DO FEMINISMO - Alice Paiva - nº35

NATALIDADE PLANEJADA - Maria Ribeiro - nº36

A LUTA DAS MULHERES - Apresentação - nº37

" CARTAS DOS DIREITOS DA MULHER " - nº37

RESOLUÇÕES DO IIº CONGRESSO DA MULHER PAULISTA - nº37

MOVIMENTO OPERÁRIO

NOTAS SOBRE A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL - Fernando Andrade - nº3

CLASSE OPERÁRIA E CAMADAS MÉDIAS - Fernando Andrade - nº5

BALANÇO TRABALHISTA E SINDICAL DO ANO DE 1969 - DIEESE - nº6

O CAMINHO OPERÁRIO NA LUTA CONTRA A DITADURA - O Círculo - nº7

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO - Rolando Fratti - nºs. 18,19,20,22,23

O MOVIMENTO OPERÁRIO NO SINDICATO - Fernando Andrade - nºs. 19,20

A GREVE DE OSASCO VISTA POR JOSÉ IBRAHIM - Fernando Andrade - nº22

O DEBATE NA OPOSIÇÃO SINDICAL - Hélio Cintra -nº24

SOBRE AS COMISSÕES OPERÁRIAS - Luta Sindical - nº24

PLATAFORMA DE LUTAS DA OPOSIÇÃO SINDICAL - nº24

O PARTIDO NAS GRANDES EMPRÊSAS - nº26

OS COMUNISTAS E A OPOSIÇÃO SINDICAL - Fernando Andrade - nº28

AS GREVES DO ABC - Antônio Carvalho - nº30

DEMOCRACIA NO SINDICATO - Antônio Carvalho - nº34

AS COMISSÕES DE EMPRESA - Fernando Andrade -nº34

A GRANDE GREVE DE ABRIL - A. Carvalho e R. Batista - nº35

A COMISSÃO DA VOLKS - A. Silva - nº36

PELA CENTRAL ÚNICA - Marcos Reis - nº36

OUTROS

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO - Julia Moura - nºs. 3,5

O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO - T. Gerholm e I. Matthis - nº14

O CASO ANSELMO - P. da Silva - nº32 e 33

ENTREVISTA NA PRISÃO - R. Zarattini - nº33

PROTESTO - nº37

APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro número da revista DEBATE que conta com uma distribuição nacional em livrarias. Por isso inclui,em suas páginas finais, um índice analítico dos artigos e documentos publicados em seus 37 números anteriores. De uma revista de circulação relativamente restrita a um pequeno número de intelectuais e ativistas do movimento popular, DEBATE pretende, progressivamente, atingir um maior número de leitores.

É portanto necessário voltar a apresentar seus objetivos. Esta revista tem se proposto a difundir as inquietações teórico-políticas dos marxistas brasileiros. É a única publicação marxista brasileira que logrou atravessar os anos setenta, aparecendo com regularidade e desenvolvendo um projeto editorial dirigido à árdua batalha de unir os comunistas. A incipiência do debate político entre marxistas foi o fato decisivo que levou, em fevereiro de 1970, um grupo de militantes a escolher este tipo de imprensa, embora soubessem que teriam grandes dificuldades a enfrentar. Uma delas era a de combater o espírito de seita que dominava - e ainda domina - o movimento comunista brasileiro. Justamente aqueles que mais deveriam lutar contra o obscurantismo, o empirismo e o voluntarismo são, muitas vezes, especialistas em reproduzir tais comportamentos em sua prática cotidiana.

Neste número dedicamos 13 páginas à abertura de discussão em torno das Teses do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas para a Luta pela Legalidade do PCB. Três contribuições iniciais procuram assinalar os aspectos mais controvertidos das novas idéias dos dirigentes desse partido.

Outra discussão que se abre, neste número, refere-se aos caminhos da luta dos negros contra a opressão a que estão submetidos. Além disso, damos continuidade à discussão sobre a "questão feminina" - que vem sendo travada desde o número 17, de fins de 1974 -e trazemos aos leitores dois documentos bem recentes: uma apresentação da CONCLAT elaborada pelo C.I.D.A.S. (Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical) e parte de um texto de análise conjuntural de autoria do deputado estadual Raymundo de Oliveira, do PMDB-RJ.

Editora Graffiti

SÉCULO XXI Distribuidora de Livros Ltda.

Rua Santo Amaro, 582/586
tel. 34-7577
CEP 01315 - SÃO PAULO